

UNIVERSIDADE DE SANTO AMARO
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

DAMARIS SILVA MIRANDA

**O anonimato das idosas no “Abrigo Casa
Amigos da Vida”**

São Paulo

2007

Damaris Silva Miranda

**O anonimato das idosas no “Abrigo Casa
Amigos da Vida”**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Universidade de Santo Amaro, como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Serviço Social, sob a orientação da professora Selma Amaral Silveira.

São Paulo

2007

Damaris Silva Miranda

**O anonimato das idosas no “Abrigo Casa
Amigos da Vida”**

BANCA EXAMINADORA

Aprovada em 26 de novembro de 2007.

Professora Selma Amaral Silveira – Orientador
Universidade de Santo Amaro

Professora Marli Martins Galina
Universidade de Santo Amaro

Professora Valéria Escudeiro Giovannetti
Universidade de Santo Amaro

CONCEITO FINAL: _____ NOTA: _____

São Paulo

2007

AGRADECIMENTOS

Agradeço a DEUS por nunca ter me desamparado e apesar das minhas oscilações, jamais abandonei minha fé nELE ...”*Em tudo somos atribulados, porém não angustiados; perplexos, porém não desanimados; perseguidos, porém não desamparados; abatidos, porém não destruídos;’... 2º Coríntios 4: 8 e 9.*

À minha Família que sempre apoiou e acreditou na realização desse trabalho em especial minhas irmãs Eunice e Marta Miranda, meus filhos Jônatas e André Miranda e meus pais Maria e José Miranda.

Ao Abrigo Casa Amigos da Vida que me proporcionou a realização desta pesquisa.

À Professora Selma Amaral Silveira, que com seu carinho e dedicação me orientou e muito me aconselhou.

A Professora Valéria Escudeiro Giovannetti, Diretora do Curso, que me deu uma palavra de força na hora em que mais precisei.

À Professora Maria Lucia Garcia Mira que me fez enxergar, mesmo que de uma maneira dura, que lealdade é o princípio de tudo.

A todos o meu **MUITO OBRIGADA!!**

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho aos meus amados Pais e toda geração idosa, da qual um dia espero também fazer parte.

A velhice

Olha estas velhas árvores, mais belas
Do que as árvores moças, mais amigas,
Tanto mais belas quanto mais antigas,
Vencedoras da idade e das procelas...

O homem, a fera e o inseto, à sombra delas
Vivem, livres da fome e de fadigas:
E em seus galhos abrigam-se as cantigas
E os amores das aves tagarelas.

Não choremos, amigo, a mocidade!
Envelheçamos rindo. Envelheçamos
Como as árvores fortes envelhecem,

Na glória de alegria e da bondade,
Agasalhando os pássaros nos ramos,
Dando sombra e consolo aos que padecem!

Olavo Bilac

RESUMO

A velhice é uma etapa da vida semelhante a qualquer outra. Isso porque assim como na infância, na adolescência e na idade adulta temos que aprender a viver as novas exigências, vez que ocorre uma verdadeira ruptura no processo social, na velhice não é diferente. Deve-se aprender a ser velho. Se adaptar as novas limitações como também aos novos prazeres. É na velhice que se inicia a fase onde o homem sofre as maiores imitações. E é a fase da vida onde se acumula os maiores acúmulos da história. No entanto, ao mesmo tempo que a velhice constitui inegavelmente o período do amadurecimento soberano do indivíduo é, por outro lado, o período da vida onde há a maior incidência de abandono. Um dos motivos desse fenômeno se deve a questões de ordem familiar. Vale dizer: com a chegada da globalização as famílias ocidentais mudaram completamente sua forma de vida. As mulheres saíram para o mercado de trabalho, competindo de igual modo com os homens, ocasionando um abalo significativo da família tradicionalmente conhecida (a famosa família Dorian). Diante desse avanço e exigência cada dia mais intensificada da mão-de-obra humana, os idosos passaram a não atender as novas exigências do novo mercado, o que contribuiu sobremaneira para o seu distanciamento do seio familiar. Essa distância entre a família e o idoso fez florescer instituições de natureza asilar que objetivaram suprir a ausência familiar, promovendo aos idosos formas de recompor a perda que sofreram em decorrência desse processo.

SUMÁRIO

Introdução.....	09
1. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE OS VÁRIOS ASPECTOS DO CONCEITO DE VELHICE.....	13
1.1 Conceituando velhice e envelhecimento.....	16
1.2 A família e o idoso.....	22
2. POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AO IDOSO.....	30
2.1 Direitos Humanos e políticas públicas para pessoas idosas	30
2.2 Política Nacional do Idoso PNI.....	33
2.3 Principais inovações e benefícios trazidos pelo estatuto do idoso (LEI N°. 10.741/03).....	39
2.4 O direito e o atendimento do idoso em instituições asilares.....	41
2.5 Acesso à justiça e atuação do Ministério Público.....	44
3. O PROCESSO DO ENVELHECIMENTO E SUAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.....	45
3.1 O envelhecer para a mulher.....	48
4. METODOLOGIA.....	53
4.1 Procedimentos da pesquisa.....	54
4.2 Demonstração dos resultados da pesquisa.....	55
4.2.1 Entrevista n.º 1.....	56
4.2.2 Entrevista n.º 2.....	56
4.2.3 Entrevista n. 3.....	57
4.3 Análise das entrevistas com os idosos.....	58
Considerações finais.....	60
Bibliografia.....	63
ANEXOS.....	65

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo compreender se o abandono por parte da família, leva a mulher idosa à exclusão da sociedade e conseqüentemente a buscar uma instituição asilar.

Tal propósito foi realizado a partir da história de vida das mulheres idosas do asilo Casa Amigos da Vida, tendo como objeto de estudo identificar quais os principais fatores que levaram essas mulheres a morar nas ruas e posteriormente a residirem numa instituição asilar.

Para tanto, traz como questões norteadoras do estudo: quais são suas trajetórias de vida e que tipo de exclusão social e familiar sofreram até chegarem no Abrigo Casa Amigos da Vida? Quais os motivos preponderantes que levaram estas idosas ao asilo?

Com base nesta problematização, e em decorrência do tipo de problema, e objetivo que se colocam neste estudo, a metodologia adotada resgata por meio de entrevista semi estruturada a história de vida das mulheres idosas, que se encontram no abrigo “Casa Amigos da Vida”, localizado no bairro de Jardim Jacira, zona periférica da municipalidade de Itapecerica da Serra.

A importância do resgate da história de vida dessas mulheres é incontestável. A cultura e a história são fundamentalmente os fenômenos que distinguem o homem dos outros animais. A velhice é, em razão disso, o estágio da vida onde se concentra armazenado os maiores registros do homem. Daí a razão de se resgatar a histórias de vida das mulheres residentes neste abrigo.

Esta instituição, que será o lócus da pesquisa de campo, realiza sua manutenção por meio de doações que são feitas por munícipes, amigos, bem

como por contribuições outras provenientes de pessoas que têm simpatia pela mesma. O único subsídio que o abrigo recebe do governo municipal, se resume a três cestas básicas, as quais são entregues mensalmente.

O abrigo “Casa Amigos da Vida” foi fundado há quinze anos, por um casal de moradores da própria comunidade, que utilizam sua residência para sediar um bazar beneficente, oferecendo cursos de tear ministrados às famílias de baixa renda da região. Os frutos de tais trabalhos são vendidos e revertidos para suprir as necessidades imediatas do abrigo, como por exemplo, pagamento de tributos, luz, água, telefone, aluguel bem como funcionários.

A “Casa Amigos da Vida” conta atualmente com 15 (quinze) internas, que foram recolhidas na rua, sem documentos para identificação, sendo que 13 (treze) apresentam quadro de distúrbio mental diagnosticado por médico psiquiatra que as acompanha.

O presente abrigo embora apresente uma série de dificuldades econômica é exemplo em excelência no cuidar das idosas, conferindo a estas, carinho, afeto, atenção, respeito e acomodações necessárias às residentes.

Trabalhar com esse projeto no abrigo “Casa Amigos da Vida” despertou-me o interesse, pois percebi a enorme preocupação que a casa possui em eliminar qualquer forma de preconceito em relação à debilidade física e social que acometem as residentes. Durante o bimestre em que freqüentei a instituição como convidada, além de ter estreitado o vínculo com as residentes e com os demais funcionários da instituição, pude compreender melhor os motivos que levaram aquelas mulheres a residirem na instituição.

O presente estudo é composto por duas partes: a primeira formada por um referencial teórico e a segunda por uma pesquisa de campo. A pesquisa foi realizada na instituição asilar “Casa Amigos da Vida”, localizada no

município de Itapeçerica da Serra. Como instrumento de pesquisa utilizou-se a entrevista semi estruturada. Um gravador se fez necessário para que fosse possível a transcrição das entrevistas. Todas as três participantes foram previamente informadas da finalidade da pesquisa e que esta seria gravada a fim de facilitar a coleta de dados.

Devido à filosofia adotada pela instituição é necessário ir além das aparências e do comportamento exteriorizado pelas internas, passando a analisar suas histórias sob outros enfoques, separados do pré-conceito que se tem desenvolvido no seio social.

Este trabalho visa resgatar a história de vida dessas mulheres, levando em conta todos os aspectos sociais que invariavelmente se fizeram presentes em suas vidas e compreender a situação de abandono em que foram encontradas. O mesmo é composto por quatro Capítulos distintos.

No primeiro Capítulo será abordado o principal conceito de envelhecimento, a relação família-idoso, que a nosso ver constitui o objeto de estudo.

O segundo Capítulo cuidará da questão das Políticas Públicas voltadas aos idosos. Serão abordadas nesse momento as questões sociais relativa aos idosos, dentre elas os direitos a uma justiça mais rápida, a gratuidade dos transportes públicos, os direitos de serem atendidos em instituições asilares etc.

O terceiro Capítulo trata do envelhecimento e suas representações sociais. Neste tópico serão tecidas algumas considerações sobre o envelhecimento da mulher e demais conseqüências sempre positivas trazidas pela inclusão, cada dia mais intensas, dos grupos idosos na sociedade atual.

Por fim, o quarto e último Capítulo representa uma resposta a toda a análise do trabalho. A partir dela foi possível responder a formulação que objetivou o presente estudo, qual seja: quais as principais causas que levaram essas mulheres a residirem na instituição asilar.

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE OS VÁRIOS ASPECTOS DO CONCEITO DE VELHICE

O presente Capítulo tem como objetivo discutir os aspectos conceituais sobre velhice, destacando o processo de envelhecimento crescente numa perspectiva que contemple as dimensões biológicas, psicológicas, culturais e sociais. Neste sentido, destaca a importância de compreender a velhice em todas as suas implicações no social e cultural e sua repercussão no coletivo.

Segundo Debert (2003):

[...] no domínio da família, desenvolvimentos recentes na distribuição de eventos demográficos como casamentos, maternidade, divórcio e tipos de unidade doméstica apontariam uma sociedade em que a idade cronológica é irrelevante: mais do que mudanças de uma forma para outra, teríamos uma variedade nas idades do casamento, do nascimento dos filhos e nas diferenças de idade de pais e filhos. As obrigações familiares tenderiam a se desligar da idade cronológica. A mesma geração, em termos de parentesco, tem uma variedade cada vez maior em relação à idade cronológica (mães pela primeira vez aos 16 e 45 anos), ao mesmo tempo em que gerações sucessivas, do ponto de vista da família, pertencem ao mesmo grupo de idade como, por exemplo, mães e avós na mesma faixa etária.

O presente Capítulo também procurou analisar os efeitos exercidos pela família no processo de envelhecimento. Pretendeu-se, em outras palavras, investigar o real papel desempenhado pela família como instituição responsável pela proteção e socialização dos indivíduos.

A Revolução Industrial foi o marco histórico fundamental para muitas transformações ocorridas, sobretudo, a partir da segunda metade do século XVIII, uma vez que representa a causa básica das grandes transformações estruturais, especialmente na chamado mundo ocidental.

Com efeito, a Revolução Industrial mudou completamente o modo de produção e estabeleceu novas relações a partir da implantação progressiva do sistema capitalista. Isso provocou alterações substanciais nas instituições,

nos valores e normas sociais, modificando conseqüentemente, o quadro das relações sociais das sociedades atingidas diretamente por ela.

Embora essas mudanças não tenham ocorrido de modo uniforme ou homogêneo em todas as sociedades, deram-se profundas retificações de status e papéis sociais.

A instituição mais atingida pelo surgimento do capitalismo foi a família. Antigamente, seu chefe era respeitado e responsável pela produção econômica que era artesanal e a família geralmente extensa, constituiu-se na unidade produtora básica. Isso a projetava significativamente sobre as demais instituições. A Revolução Industrial fez com que a família extensa fosse substituída pela família nuclear (pais e filhos, como dependentes).

Com isso, os chefes das instituições familiares foram perdendo o prestígio, a autoridade dentro ou fora do ambiente doméstico. A essa perda de status, veio assomar-se a evolução tecnológica do sistema de produção que, além de limitar o tempo de produtividade, considerando útil para o interesse desse mesmo sistema, reduz cada vez mais o tempo de engajamento das pessoas a ele. Desta forma, os indivíduos que atingiram determinadas faixas de idade acabam sendo excluídos simultaneamente no âmbito familiar e no trabalho, principalmente nas questões relacionadas à participação e integração.

Por outro lado, o desenvolvimento científico possibilitou várias descobertas no campo da medicina e da farmacologia que, conseqüentemente, elevaram o tempo médio de vida das pessoas.

O próprio processo de urbanização, ao concentrar pessoas nas cidades, possibilitou uma elevação de suas condições de vida, melhor controle sanitário e maior acesso aos recursos médicos – hospitalares, contribuindo para a longevidade. Em contrapartida, surgiam problemas como a crise habitacional, a promiscuidade, criminalidade e a violência. Quanto à

perspectiva enfocada para este trabalho, pode-se citar a elevação de tensões, do anonimato e da solidão provocada pela acentuada competição, predominância nas relações secundárias e empobrecimento qualitativo da comunicação humana. Essa situação repercute principalmente sobre o idoso.

No entanto, graças ao desenvolvimento das ciências sociais, foi possível um maior conhecimento sobre o comportamento humano do ponto de vista histórico, econômico, político, psicológico, antropológico e sociológico, detectando seus padrões básicos e coletando dados significativos para subsidiar programas de promoção, bem – estar e planejamento social.

Na atualidade, uma vez razoavelmente encaminhadas às soluções para os aspectos de saúde e previdência, a problemática daqueles que alcançam faixas etárias mais altas amplia-se e assume tal complexidade que tende a afetar, de maneira crescente, as famílias, as instituições privadas e os órgãos governamentais que têm a responsabilidade de atendê-las. Em síntese, pode-se dizer que a problemática do idoso, pelas múltiplas facetas, está a exigir da sociedade e do Estado, novos equacionamentos e ações mais eficientes e realistas, baseados em conhecimentos objetivos da realidade, os quais serão obtidos através de investigações sistemáticas sobre as características e condições sociais do idoso.

Tais causas são em parte responsáveis pela marginalização do idoso. O mundo globalizado trouxe ao mundo ocidental, grandes avanços em diversos setores do conhecimento e com isso, alguns problemas de ordem social foram aparecendo. A importância que comumente se costuma atribuir ao tempo hoje não é a mesma que se tinha em outrora. Em que pese o debate sobre a importância do tempo para a vida humana tenha ganhado importância prática somente no final do século passado e início deste, sua discussão teórica já era tema de muitas reflexões por parte de filósofos. Um dos pensadores que mais meditou e escreveu sobre a importância do tempo sobre a vida humana foi Sêneca. Afirmava o filósofo espanhol que:

Não é que temos tempo exíguo. O problema é que perdemos muito dele. Bastante é vida e suficiente para levar a termo os maiores empreendimentos, desde que bem utilizado.

Quando desperdiça em luxo ou em futilidades ou quando não é empatada em algo de bom, então, sob o impacto da derradeira e inevitável hora, vamos entender ter-se esvaída a vida sem que tivéssemos percebido (SÊNECA, 2006, p. 19).

A escassez do tempo entre as pessoas é o principal motivo do distanciamento das famílias contemporâneas. São cada vez mais raros às vezes em que famílias se reúnem, numa mesa, para se alimentar. Em outrora a família era formada por pessoas ligadas por semelhantes laços culturais, religiosos, afetivos etc. Atualmente a representação de família tem oscilado demasiadamente. Já não é mais raro nos dias atuais a família ser considerada como o grupo de pessoas que possuem a chave de uma mesma casa.

O idoso nesse novo processo social costuma sair perdendo. O processo de aclimatação das transformações sociais é sempre mais demorado para as pessoas idosas. Isso porque, embora o processo de aprendizado seja uma das características principais do ser humano, por outro lado, o idoso, por questões diversas, resiste mais às transformações sociais do que qualquer outro grupo. É a partir desse momento que se pode dizer que há um pequeno, mas suficiente distanciamento do idoso com os demais membros da família, o que acaba por gerar a exclusão deste do seio familiar, e sua conseqüente migração para outro espaço onde lhe promovam meios de interação com outras pessoas que compartilham de uma realidade próxima a sua.

1.1 Conceituando velhice e envelhecimento

O conceito de velhice é movido por diversos pontos de vista: para autores como Debert (2005) afirmam que “a velhice é tratada como uma etapa da vida caracterizada pela decadência física e ausência de papéis sociais”. De outra parte, pode-se entender a velhice como o último tempo natural de um processo de vida biológico, não sendo facilmente caracterizada

como etapas anteriores, a infância e a adolescência que quando estão para terminar, apresentam, mudança no plano físico e mental.

Para Beavour, velhice é um fenômeno biológico com conseqüências psicológicas, que se apresenta através de determinadas condutas típicas da idade avançada. Modifica as relações do homem no tempo e, portanto, seu relacionamento com o mundo e com sua própria história. Por outro lado, o homem nunca vive em um estado natural, um estatuto é imposto também na velhice pela sociedade a que pertence (BEAVOUR, 1976, p. 27).

Segundo Kozel (1990) *apud* Weineck (2003) o conceito de velhice está relacionado com o marco divisório entre a maturidade avançada e a velhice. Hoje em dia começam a surgir idéias no sentido de se considerarem dois tipos de velhice. A que vai dos 65 aos 75 anos, que seria a velhice jovem, e dos 74 anos em diante, a velhice propriamente dita.

Os velhos brasileiros constituem um grupo heterogêneo com marcadas diferenças na situação social, nas condições de vida, relações interpessoais, etc. Considerando indivíduos tão diferentes, que generalizações são difíceis e muitas vezes impossíveis de ser estabelecer.

Segundo Debert (2003) as novas imagens e as formas contemporâneas de gestão da velhice no contexto brasileiro são ativas na revisão dos estereótipos pelos quais o envelhecimento é tratado, desestabilizando imagens culturais tradicionais. As novas imagens oferecem também um quadro mais positivo do envelhecimento, que passa a ser concebido como uma experiência heterogenia em que a doença física e o declínio mental, considerados fenômenos normais nesse estágio da vida, são redefinidos como condições gerais que afetam as pessoas em qualquer fase. Possibilitam, ainda, a abertura de espaço para que novas experiências de envelhecimento sejam vividas coletivamente. Neles é possível buscar a auto-expressão e explorar identidades de um modo que era exclusivo da

juventude. Esses espaços estão sendo rapidamente ocupados pelos mais velhos.

Do ponto de vista cronológico, o maior número de definições encontradas não se apresenta de maneira muito próxima à idéia de tempo de vida, tomando por base a expectativa média de vida de determinados grupos sociais. Assim, todos aqueles que se aproximam da idade estabelecida como média de vida, são considerados velhos.

Já do ponto de vista econômico, comparando-se diversos países, cada um determina a idade em que o homem passa a ser considerado inapto para o trabalho.

No Brasil, segundo Szajman (2003), as pessoas são consideradas velhas e inaptas para o trabalho a partir dos 40 (quarenta) anos de idade. Como mercado de trabalho é um fator regulador do meio social, influi diretamente sobre ele.

Nos últimos tempos, há uma constante e permanente renovação de lugares que devem ser ocupados pelos mais jovens, muitas vezes menos capazes e sem a experiência dos mais idosos que, ao atingirem certa faixa de idade, são acusados de pouco produtivos, portadores de doenças e facilitadores de acidentes. Com Surgem pensões, seguros sociais, aposentadorias inapeláveis que, em realidade, não vêm solucionar o problema, apenas amenizam essas questões, pois ainda são considerados mínimos do Estado.

Inúmeras alterações psicossomáticas, depressões, neurose e psicose são provocadas pelo impacto emocional naqueles que se vêem forçados a deixar o trabalho de uma hora para outra, quando ainda se sentem aptos a prestar serviços e colaborarem com os demais, além do que, existe uma ausência de outros projetos na vida dessas pessoas e

principalmente a omissão do Estado com leis mais eficazes que garanta o trabalhador no mercado de trabalho.

Na perspectiva jurídica, no Brasil considera-se idosa a pessoa de 60 (sessenta) anos, independente do sexo. Já o Direito Segurança Social, delimita a idade de 60 a 65 anos, em se tratando de pessoa do sexo feminino é de 45 a 70 anos do sexo masculino.

Na perspectiva social, a velhice tem início na idade em que o individuo começa a declinar em sua capacidade de produzir, de trabalhar, e conseqüentemente, passa a ser marginalizado em seu meio familiar e círculo de amizades, tomando-se dependente dos outros para realizar suas atividades.

Segundo LAHAM (1980), a velhice é o período de vida de um individuo que se inicia aproximadamente aos 60 (sessenta) anos e vai até a morte, quando se observa o declínio de suas funções vitais (circulação, pulsação, respiração).

Psicologicamente, conforme o mesmo autor, velho é aquele que perde gradativamente sua capacidade de raciocínio, que responde com lentidão aos estímulos, que se isola em seu mundo de recordações do passado.

A maioria das definições tentam classificar a velhice levando em consideração a idade cronológica, indicadora da decadência biológica. Na verdade, estas definições não se aplicam a todas as pessoas, visto que algumas envelhecem sem apresentar quaisquer alterações biológicas, ou se as apresentam, são mínimas; outras as apresentam em idade cronológica precoce. Desta forma, fica claro que a velhice, o ser velho, se reveste de caráter individual e cultural.

Segundo Singer *apud* Weineck (2003) conceito de idade é utilizado na literatura gerontológica em diferentes relações e significados. Distingue-se entre idade cronológica ou calendária, idade biológica ou individual, idade psicológica, social e funcional.

A idade calendária ou cronológica é aquela que busca classificar a idade levando-se em consideração a data de nascimento do indivíduo. Dito de outro modo, tal critério de cômputo de idade é extremamente arbitrário, uma vez não se leva em consideração outro critério, senão o marco inicial do nascimento, que na maioria das vezes é diverso da idade biológica.

Por outro lado, tem-se a idade biológica, ou também chamada de individual, consistente num critério classificatório que segundo Rothig (1983, p. 21) *apud* Weineck (1991, p. 320) é a idade que o organismo demonstra com base na condição biológica de seus tecidos em comparação a valores normativos. A idade psicológica, no entanto, é aquela ligada à imagem que o indivíduo faz de si mesmo. De outro modo, pode essa classificação ser igualmente entendida como a soma das experiências (vivências) e da maturação mental (Rothig, 1983, p. 21) *apud* Weineck, (1991, p. 320).

A idade social, por sua vez, é aquela que emana dos conceitos sociais, isto é, significa afirmar que numa mesma sociedade pode o indivíduo ser classificado como velho e ao mesmo tempo novo. Isso dependerá do ponto de vista que o indivíduo é observado. Assim, por ocasião de um gosto musical, por exemplo, o indivíduo pode ser taxado por um grupo como velho, mas por outro lado, sob outros aspectos, pode ser que sua classificação social mude.

Por fim, tem-se o critério funcional, consiste na tentativa de conciliação de todas as demais classificações anteriormente vista.

A questão da idade, seus inúmeros critérios classificatórios e demais peculiaridades a ela ligadas, estão intimamente relacionadas com a noção do envelhecimento.

Segundo pondera TILLER, catedrático da Universidade de Toronto:

Todo envelhecimento é resultado da produção inadequada de proteína; é o que ocorre quando envelhecemos: a pele seca, ela perde elasticidade, como elastina. É uma proteína. O que ocorre com as enzimas? Não digerimos mais tão bem. O que ocorre com nosso fluido sinovial? São proteínas que se tornam frágeis e duras. O que acontece com os ossos? Ficam finos. Sendo assim, o envelhecimento é resultado da produção inadequada de proteínas.¹

Desta maneira, embora não exista um vínculo universalmente aceito em meio à comunidade científica de idade e envelhecimento, cumpre destacar, para exemplificar, alguns conceitos de envelhecimento. Deve-se ressaltar, pois, que a pretensão aqui não é esgotar os conceitos de envelhecimento, mas tão apenas trazer ao conhecimento aqueles que reputamos serem mais expressivos.

Segundo ensina BURGER (1957), *Apud* Weineck (1991, p. 320) envelhecimento é a alteração irreversível da substância viva como função do tempo. Ou, senão, nas palavras de Comfort e Frolkis (1975) *apud* Weineck (1991) envelhecimento é uma designação geral para um complexo de manifestações, que leva a um encurtamento da expectativa de vida com o aumento da idade. Pode-se ainda definir o envelhecimento, consoante entendimento de Selye (1962) como sendo a soma de todas as manifestações de desgaste durante a vida.

Por fim, segundo Frolkis (1975) “o envelhecimento pode ainda ser definido como um processo biológico, com evolução regular múltipla, que leva, inevitavelmente, à limitação das possibilidades de adaptação do organismo e ao aumento da probabilidade de morrer”.

Sabe-se que a vida do homem pode chegar até a 120 anos, consoante entendimento de Platt (1980, 81), *apud* Weineck. (1991, p. 321). Afirma ainda o autor que segundo registros pouco confiáveis, alguns homens

¹ What the bleep do we know?. Produção de Christopher Franke, Michael Whalen, Estados Unidos da América: DVD, 2004, 55 min. Color, son

chegaram surpreendentemente à idade de 130 – 150 anos (Backman 1945, 108 – 110) ou segundo sugestões de Matter, a idade de 172 e 207 anos.

Há que se destacar, pois, duas espécies básicas de envelhecimento, a saber: em primeiro lugar existe o envelhecimento que é comum a todos os indivíduos. Essa forma de envelhecimento é fruto do desgaste natural dos órgãos, tecidos, células e estruturas subcelulares; ao passo que a segunda forma deriva da gama de patologias que ao longo do tempo vão enfraquecendo a vida do indivíduo, contribuindo para a aceleração do processo de envelhecimento.

Em síntese, o envelhecimento proveniente do processo natural da vida e o envelhecimento causado pela atuação dos agentes patológicos, que, quando estes últimos não funcionam como a causa direta do envelhecimento, atuam nos demais casos como causas auxiliares desse processo.

1.2 A família e o idoso

O vínculo estabelecido entre o idoso e os outros membros da família facilita ou não a convivência familiar e a passagem tranqüila por esse ciclo vital. Segundo CUBAS et. al. as representações sobre o processo de envelhecer num contexto de vínculo familiar na ótica do idoso potencializam a assistência prestada ao binômio idoso-família.

Comentando sobre a representação familiar do idoso, acrescenta Cubas que:

O idoso reporta a família como uma formação humana indispensável, reconhece que a mesma está em constante “crises” e seu conceito vai além dos laços de consangüinidade; mostra-se preocupado com a subsistência família; são apontados a presença da institucionalização e de violência, sendo que a primeira não tem conotação negativa se vista como formadora de laços e a segunda merece um tratamento mais em face da complexidade do assunto que ainda é considerado um tabu. É premente afirmar que o

trabalhar com a família pressupõe vislumbrá-la como um processo contínuo, com a presença de contradições e que a compreensão de seus problemas e potencialidade mudará a cada novo contato e cada posição que a mesma se encontra no ciclo vital. (CUBAS, 2004, p. 2)

O conceito de família está relacionado à leitura da realidade familiar estudada pelo pesquisador; seja do ponto de vista antropológico, sociológico, psicológico, social, jurídico e assim por diante. Porém, vale lembrar que o *“ser humano sempre esteve relacionado a um grupo, à família ou à comunidade”* (POSTER, 1989, p. 251)

Segundo Brant de Carvalho, a família é a primeira responsável pela socialização, formação e aprendizado de todos os indivíduos.

A família é o primeiro sujeito que referencia e totaliza a proteção e a socialização dos indivíduos. Independentemente das múltiplas formas e desenhos que a família contemporânea apresente, ela se constitui num canal de iniciação e aprendizado dos fatos e das relações sociais (CARVALHO, 1994, p. 93).

Sendo a família transmissora por excelência de valores culturais, juntamente com a escola e outros sistemas sociais, observa-se que a maneira pela qual os membros da família tratam uns aos outros, parece ser decorrente de representações emersas na cultura da qual essa família faz parte. Nesse sentido, o tratamento que a família dispensa a seu idoso pode refletir o que essa família pensa sobre os velhos.

Em se tratando das famílias brasileiras, a concepção que se tem dos membros mais idosos, na maior parte das vezes, é de exclusão total. Não importa a classe social ou a situação sócio-econômica.

Vale ressaltar também que o processo de exclusão do idoso, nas famílias de classe social alta, ocorre de forma discreta e sutil, enquanto que nas famílias de baixa renda, a exclusão se evidencia de forma violenta, sendo rapidamente percebida, divulgada e criticada pela sociedade em geral.

Pode-se dizer também que esta concepção negativa que se tem de nossos velhos é um problema cultural, herdado desde o início do processo histórico do país. Só acabará quando for possível se reformular a questão do ensino no país. Assim, os valores inversos com relação às pessoas, mais precisamente à população idosa, serão mudados.

Pode-se considerar que a problemática do idoso na família atual é causada principalmente pelas constantes mudanças ocorridas na família contemporânea. A família de hoje não adota o mesmo comportamento da família de outrora. A família se transforma no tempo e no espaço. Somos fruto da história e através dela mudamos a sociedade e conseqüentemente as instituições que nela estão inseridas.

Analisando-se aqui algumas considerações, Fachin (1982) considera a autora que o relacionamento familiar tem se modificado a toda uma revolução da sociedade, que se repercute diretamente nela própria e na instituição familiar.

Estudos e pesquisas realizados em muitas sociedades capitalistas mostram as profundas mudanças na estrutura familiar, principalmente nos países industrializados. A família tradicional, constituída de pais, filhos, tias, sobrinhos, avós e outros parentes, ligada pela afeição e devotamento, perdem aos poucos sua essência: preparar o elemento humano, educar os filhos e prestar assistência mútua a seus membros.

Nesse tipo de família percebe-se uma preocupação fundamental em todas as etapas de vida desde a infância até a velhice. Porém, a partir de algumas décadas, esses tipo de união familiar vem sofrendo modificações tanto na estrutura como também nas suas funções; seus elementos passaram a diminuir de número e sua influência na sociedade está se tornando cada vez menor.

E continua a autora que:

(...) principalmente nos grandes centros urbanos, pela própria exigência do trabalho, as pessoas são quase forçadas a permanecerem um tempo maior fora de suas casas, tornando-se estas, salvo em raras exceções, apenas um lugar comum onde às pessoas retornam para o repouso noturno, e às vezes, para algumas refeições. (FACHIN, 1982, p. 30).

Observa-se também, que nos dias atuais, essas crescentes mudanças familiares contribuem em grande parte para a marginalização do idoso na família. Tudo acontece logicamente devido a uma grande dificuldade que os indivíduos encontram em acompanharem o processo social, de contínuas mudanças em todos aspectos sócio-econômicos-culturais.

Todo esforço dos indivíduos para caminhar com o processo os leva a renegar aqueles que já não acompanham mais as mudanças abruptas e inesperadas na sociedade.

Segundo Debert (2003) o avanço da idade como um processo contínuo de perda e de dependência é responsável por um conjunto de imagens negativas associadas à velhice, mas foi também um elemento fundamental para a legitimação de direitos sociais, como a universalização da aposentadoria.

Atualmente se tem revisado e amplamente rediscutido a antiga e ao mesmo tempo preconceituosa rotulação que tradicionalmente se tem dado ao envelhecimento. Diante disso, segundo Debert (2003) a idéia de um processo de perdas tem sido substituída pela consideração de que os estágios mais avançados da vida são momentos propícios para novas conquistas, guiadas pela busca do prazer e da satisfação pessoal.

Além disso tudo, cumpre ressaltar, pois, que um dos fatores positivos que podem ser levantados como meio propiciador de novas conquistas é a satisfação pessoal, ainda latente, as exigências e os saberes acumulados durante toda a vida.

Essa nova etapa da vida: velhice, quando combinada com oportunidades efetivas, pode garantir relações produtivas com o mundo dos mais jovens.

O crescimento, na última década, dos programas voltados para os idosos, a exemplo da abertura das universidades para terceira idade e os grupos de convivência de idosos ainda não são suficientes para atender essa demanda.

Segundo Szajman (2003) o processo de educação não deve ser visto apenas como transformação de conhecimentos e informações, mas também como oportunidade de vivência social, já que a falta de uma tal oportunidade, assim como de estímulos intelectuais, especialmente na idade avançada, favorece o declínio do indivíduo.

O programa Escola Aberta da Terceira idade nasceu justamente da consciência de que a capacidade de aprendizagem é inerente ao ser humano ao longo de toda sua vida e de que a criação de oportunidades para a redescoberta de interesses intelectuais e culturais, abre aos idosos a possibilidade de reintegração social.

Sobre a universidade na terceira idade, Silva (1999) descreve resultado, onde participara da pesquisa 100 alunos a partir de 60 anos. O referido estudo concluiu estar o grupo muito satisfeito com a vida e, sobretudo o curso. Os motivos de se freqüentar uma universidade foram vários: foi desde aumento do conhecimento até aprimorar o contato social.

Assim sendo, não há como precisar, pelo menos cientificamente, os motivos pelos quais procurou se estabelecer à proteção dos direitos do segmento idoso brasileiro. Inúmeras são as causas que podem ser levantadas para explicar esse fenômeno. O aumento da consciência social e governamental, ou, de forma contrária a isso, a indiferença a tais direitos no

Estado capitalista podem ter sido causas primeiras do surgimento jurídico da proteção aos direitos dos idosos.

Nunca é demais esclarecer, no entanto, que os direitos dos idosos são aqueles comuns a todas as pessoas que se encontram em território nacional. A Constituição da República logo em seu artigo 5º estabelece a igualdade de direitos entre os cidadãos residentes no país. No entanto, como é sabido, os idosos, ao contrário do que sucede com outros segmentos, possuem certas limitações - principalmente de ordem física - que devem ser compreendidas e ao mesmo tempo consideradas pelo Estado. Por essa razão, é direito do cidadão e dever do Estado editar normas com o fim de assegurar direitos e, acima de tudo, promover condições de exercício pleno e legítimos desses direitos.

Os grupos de idosos passaram a conquistar outras categorias de direitos, direitos esses que em outrora lhes foram negados. O Estatuto do Idoso é exemplo desse tipo de conquista. O referido Estatuto é exemplo claro e incontestável de ferramenta jurídica de asseguramento de direitos dos idosos. Suas diretrizes, ao mesmo tempo em que asseguram direitos, estabelece severas punições do quando da exposição efetiva de valores a risco efetivo de lesão. Hoje condutas que atentam contra os direitos elementares dos idosos são passíveis de severas punições, muitas das quais com reflexos penais.

O vínculo estabelecido entre o idoso e os outros membros da família facilita ou não a convivência familiar e a passagem por esse ciclo importante da vida. As representações sobre o processo de envelhecer num contexto de vínculo familiar potencializam a assistência prestada ao idoso na família.

As relações de convivência familiar e os estabelecimentos de vínculos sociais constituem-se indicadores importantes na condição de vida

da população idosa que pode possibilitar uma melhor qualidade de vida e maior capacidade de sobrevivência (ARAÚJO, 2001, p. 99).

O vínculo estabelecido entre idoso e os outros membros da família facilitam ou não a convivência familiar e a passagem tranqüila por esse ciclo que como todos os outros, contém crises e adaptações. Essa dinâmica familiar possui um papel importante no sentido de absorver tensões provocadas por conflitos e mudanças no processo do envelhecimento na qual exigem novas adaptações do idoso e sua família que também envelhece. A assistência ao idoso presume a compreensão de sua inserção numa família em contínuo processo de interação.

O relacionamento familiar está relacionado com a saúde da família e no caso de famílias com idosos, elas se modificam para atender as necessidades de seus idosos como, por exemplo, garantia de satisfação das necessidades de saúde física, mental e emocional.

O envelhecimento é um processo natural e individual, mas mesmo assim, o ser humano vive coletivamente e sofre influências do meio em que está inserido. Viver a velhice é a soma das características pessoais com suas experiências, alegria ou tristeza. Ela pode ser entendida como um resultado de todos os anos vividos, onde sua qualidade de vida se relaciona com a visão de mundo do indivíduo e a sociedade que está inserido.

Vínculos se referem a laços emocionais únicos e resistentes e sua manutenção é vista como fonte de alegria. "... muitas das mais intensas emoções surgem durante a formação, manutenção, ruptura de laços afetivos".²

² Wright LM, Leahey M. Enfermeiras e famílias: Um guia para avaliação e intervenção na família. 3 ed. São Paulo: Roca; 2002.

Não existe vínculo certo ou errado, bom ou ruim, mas é preciso reconhecer sua importância, o que inclui também relacionamentos e contatos externos à família.

Para conhecer o pensamento do idoso sobre o vínculo familiar no processo de envelhecer, é necessário entender suas crenças, opiniões e valores.

Estudar e refletir sobre o envelhecimento e sua relação com a família possibilita ao profissional da Assistência Social sua instrumentalização, além de adquirir uma ferramenta para trabalhar com essa população.

O idoso nas épocas primitivas era o personagem mais importante do grupo. Suas decisões eram tão fortes que se assemelhavam as próprias leis. Essa respeitabilidade para com o idoso veio, infelizmente, perdendo força à medida que os séculos se expandiram. Atualmente o indivíduo idoso é identificado, sobretudo pelos jovens, como um ser improdutivo. Sua capacidade histórica parece ter sido desprezada, segundo a maioria das opiniões.

O idoso assim como o jovem representa a perpetuidade dos valores e da cultura de uma sociedade. Uma vez interrompido esse precioso processo, ocorrerá o retrocesso civilizatório.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AO IDOSO

2.1 Direitos Humanos e políticas públicas para pessoas idosas

As Políticas Públicas são instrumentos que assumem dupla função no exercício da cidadania. De um lado propicia ao idoso meios de suprir suas exigências econômica, cultural, social etc, e de outro representa uma estratégia adotada pelos governos como resposta a uma desigualdade operada em toda sociedade.

Os idosos em especial, são constantemente vitimados pelo descaso assistencial governamental. Isso porque, se de um lado há uma infinidade de estratégias de proteção previstas pela legislação, cumprindo assim as exigências formais, de outro há um enorme descumprimento desses preceitos, o que acaba por prejudicar o exercício da cidadania.

A questão dos direitos humanos, relevante por si só, adquire nova e inusitada dimensão, quando considerada à luz do crescimento demográfico de todo o mundo, em especial da América Latina, já que envolve, em relação ao envelhecimento populacional, aspectos e peculiaridades que não podemos ignorar. Tanto quanto proteção social, condições dignas de sobrevivência e assistência médica eficiente, num período em que as doenças se agravam, a questão dos direitos humanos na terceira idade origina exigências de respeito, acatamento, reverência e solidariedade, tão importantes quanto os aspectos materiais da vida.

Um recente relatório³ do Fundo das Nações Unidas para a População chama atenção para o fato de que, no ano 2025, nosso Continente terá acrescentado à população atual 499 milhões de habitantes, mais de 190 milhões de idosos para os quais serão necessários garantir condições de existência condigna, bem como, acesso ao mercado de trabalho, sem dúvida um enorme desafio num mundo de incerteza e insegurança crescentes. E é

³ Disponível em: www.unfpa.org.br/swop2006/sowp06-sp.pdf. Acessado em: 22. jul. 2007.

nesse contexto que o Brasil, país jovem e de jovens, vê, agora, alterar seu perfil demográfico, face ao crescimento do número de pessoas de mais de 60 anos. Como o país mais populoso da América Latina, dentro de pouco mais de dez anos, nossa população acima de 60 anos deve ultrapassar os 13 milhões de habitantes, virtualmente a metade de toda a América Latina. Seremos talvez, a quinta maior nação em idosos.

Conforme Kalache (2006), o envelhecimento digno e com qualidade de vida só será possível mediante a implantação de políticas públicas que tenham sustentabilidade.

Envelhecer é um triunfo, -, mas para usufruir a velhice é preciso dispor de políticas públicas adequadas que possam garantir um mínimo de condições de qualidade de vida", para os que atingem a terceira idade (KALACHE, 2006, p. 96).

Um aspecto que merece atenção é exatamente a constatação de que, em vários países, segundo Szajman (2003) cerca de 40% da população economicamente ativa trabalham na economia informal, sem vinculação a qualquer sistema público ou privado de seguridade social. A maior parte da população em idade produtiva necessitará de serviços hoje inexistentes, ou em outras palavras, de políticas públicas de proteção e assistência social.

Como a maioria das constituições do pós-guerra, o nosso texto constitucional de 1988 ainda é, para os idosos, uma elogiável declaração de intenções quando prescreve em seu artigo 229 que "os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade". O artigo 230 ainda é mais explícito quando determina que "a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida", completando no seu parágrafo primeiro que "*os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em seus lares*".

A realidade brasileira, porém, apresenta dificuldades que não podemos ignorar para que todas as intenções se materializem. A começar pela circunstância de que nos dias de hoje 53% da população economicamente ativa não contribui diretamente para a seguridade e a previdência pública⁴.

Esses dados não deixam dúvidas de que só o Estado será capaz, por meio de políticas públicas especialmente voltadas para a população idosa de atender o idoso nos casos de abandono, ausência familiar e/ou impossibilidades da família em exercer a função protetora e também na falta de assistência médica adequada.

A ética da convivência social impõe, também, o dever moral de educar as novas gerações, na convicção de que os idosos representam, além de outras virtudes, o acúmulo de sabedoria e de experiências que só a vida proporciona, como um valor indispensável e insubstituível que só os anciãos carregam. E que também compreendam o processo de desenvolvimento humano, com suas fragilidades naturais, circunstanciais e as necessidades inerentes à condição humana. Eles são fatores de equilíbrio e tolerância na vida familiar e na vida social. Sua experiência, portanto tem que ser aproveitada, valorizada e estimulada. Ao invés de excluírem o idoso do âmbito familiar e conseqüentemente da sociedade, tem muito a contribuir para ela. A exclusão do idoso do convívio familiar e social certamente representa uma perda tanto para a família, sociedade, quanto para o idoso.

Outra grande novidade de peso em termos legais foi à criação do Estatuto do Idoso em 2003. O referido estatuto amplia os direitos dos cidadãos com idade acima de 60 anos e promete trazer melhorias significativas para a vida dos mesmos. Mais abrangente que a Política Nacional do Idoso, Lei nº 8842 de 1994 que define políticas sociais serviços e programas. O Estatuto institui penas severas para quem desrespeitar ou abandonar cidadãos idosos.

⁴ Relatório da ANFIP – Análise da Seguridade Social em 2005, Brasília.

Em todo o País, segundo Szajman (2003), 15 milhões de pessoas – 8,6% da população – já passaram dos 60 anos. Estimativas indicam que em 2025 o Brasil terá mais que o dobro do número de idosos existente hoje: 32 milhões. A realidade que o Estatuto do idoso terá para enfrentar.

2.2 Política Nacional do Idoso - PNI

Os idosos têm direitos (conforme segue) que devem ser garantidos, para uma vida de dignidade desse segmento de cidadãos brasileiros.

A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar o idoso, garantindo-lhe o direito à proteção social.

Os filhos maiores têm o dever de ajudar a amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade, bem como o Poder Público deve garantir ao idoso condições de vida apropriada.

A família, a sociedade e o Poder Público devem garantir ao idoso acesso aos bens culturais, participação e integração na comunidade, e o idoso tem direito de viver preferencialmente junto à família, tendo liberdade e autonomia.

O idoso não pode sofrer discriminação de qualquer natureza. A família, a sociedade e o Estado têm o dever de assegurar ao idoso os direitos de cidadania e assegurar sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem estar.

Em relação aos transportes públicos, os idosos devem ser respeitados pelos motoristas de ônibus, pelas empresas de transporte, que devem atender suas solicitações de embarque e desembarque, aguardando sua entrada e saída com o ônibus parado, bem como todos os

estabelecimentos comerciais e de prestação de serviço deverão dar preferência ao atendimento ao idoso, devendo ter placas afixadas em local visível com os seguintes dizeres: *"Mulheres gestantes, mães com criança de colo, idosos, e pessoas portadoras de deficiência têm atendimento preferencial"*, conforme dispõe Lei Municipal 3.508/2002.

Os estabelecimentos comerciais e bancários, em especial as farmácias devem ter assentos de braço especiais para os idosos, mulheres grávidas e deficientes, e os órgãos municipais da Administração direta, indireta deverão ter afixado em local visível uma placa com os dizeres: *"Respeitar o idoso é respeitar a si mesmo"*, segundo Lei Municipal 1.833/98.

Infelizmente nos parece pouco razoável a exigência legal acima devido ao preconceito existente na sociedade em relação ao idoso. Isso porque os idosos não formam um único segmento de pessoas que merecem respeito. Todos os demais grupos devem receber tratamento igualitário, preservando obviamente suas respectivas peculiaridades. Caso contrário, para cada direitos previsto na lei, dever-se-ia afixar um cartaz lembrando à sociedade da existência deles, o que acaba se tornando um absurdo. Ninguém pode escusar-se de cumprir a lei alegando seu desconhecimento. Dessa forma, como o respeito as direitos é imperativo legal, os dizeres lembrando ao público que existem direitos a serem respeitados se torna medida desnecessária.

O idoso tem direito à aposentadoria, após completar o tempo de serviço de 35 anos para os homens e 30 anos para a mulher; à aposentadoria proporcional por idade (65 anos para os homens e 60 anos para as mulheres); ao benefício de prestação continuada, se tiver idade superior a 65 anos e não possuir outras rendas e sua família não dispuser de meios para assisti-lo, sendo que o referido Estatuto desvincula o BPC da renda familiar de filhos maiores de 21 anos; a receber apoio jurídico do Estado, se não tiver meios de provê-los.

O Poder Público deve garantir ao idoso acesso à saúde, criar serviços alternativos de saúde para o idoso, além de prevenir, promover, proteger e recuperar a saúde do idoso.

O idoso tem direito ao atendimento preferencial nos postos de saúde e hospitais municipais, juntamente com as gestantes e os deficientes, devendo os mesmos serem adaptados para o seu atendimento.

O idoso tem direito de ser vacinado anualmente contra gripe e pneumonia, e deve ser informado sobre a prevenção e controle da osteoporose.

O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria.

Aos órgãos estaduais e municipais de educação compete: implantar programas educacionais voltados para o idoso, estimulando e apoiando, assim, a admissão do idoso na universidade; incentivar o desenvolvimento de programas educativos voltados para a comunidade, ao idoso e sua família, mediante os meios de comunicação de massa; incentivar a inclusão nos programas educacionais de conteúdo sobre o envelhecimento; incentivar a inclusão de disciplinas de Gerontologia e Geriatria nos currículos dos cursos superiores.

O idoso tem o direito de participar do processo de produção, reelaboração e fruição dos bens culturais; e o saber do idoso deve ser valorizado, registrado e transmitido aos mais jovens como meio de garantir a sua continuidade, preservando-se a identidade cultural.

Aos órgãos públicos, no âmbito estadual e municipal, cabe: destinar, nos programas habitacionais, unidades em regime de comodato ao idoso, na modalidade de casas-lar; incluir nos programas de assistência ao idoso

formas de melhoria de condições de habitabilidade e adaptação de moradia, considerando o seu estado físico e sua independência de locomoção; elaborar critérios que garantam o acesso da pessoa idosa à habitação popular; diminuir barreiras arquitetônicas e urbanas.

Todo cidadão tem o dever de denunciar à autoridade competente qualquer forma de negligência ou desrespeito ao idoso.

Ao Ministério da Justiça (nos âmbitos estadual e municipal) compete zelar pela aplicação das normas sobre o idoso, determinando ações para evitar abusos e lesões a seus direitos, assim como acolher as denúncias para defender os direitos da pessoa idosa junto ao Poder Judiciário.

O idoso (homem com 65 anos e mulher com 60 anos) está isento do pagamento de tarifa em todas as linhas urbanas de ônibus e trolebus operados pela SP Transporte e empresas particulares permissionárias de serviço de transporte coletivo.

Todos os veículos empregados nas linhas de transporte coletivo de passageiros, no município de São Paulo, deverão ter os quatro primeiros lugares sentados, da sua parte dianteira, reservada para uso por gestantes, mulheres portando bebês ou crianças de colo, idosos e deficientes físicos.

Os aposentados e idosos têm direito à meia-entrada para ingresso nos cinemas, teatros, espetáculos e eventos esportivos realizados no âmbito do município de São Paulo.

Foi instituído, no âmbito do município de São Paulo, o passeio turístico gratuito para as pessoas com mais de 65 anos de idade.

As unidades esportivas municipais deverão estar voltadas ao atendimento esportivo, cultural, de recreação e lazer da população, destinando atendimento específico às crianças, aos adolescentes, aos idosos e aos portadores de deficiência.

O município deve destinar recursos orçamentários para incentivar a adequação dos locais já existentes e a previsão de medidas necessárias quando da construção de novos espaços, tendo em vista a prática de esportes, de recreação e de lazer por parte dos portadores de deficiências, idosos e gestantes de maneira integrada aos demais cidadãos.

Com o crescimento do número de pessoas idosas no Brasil, se tornam necessárias diversas mudanças, em especial, no aspecto social, pois numa sociedade que desvaloriza o idoso, viver sob esse estigma se torna um problema.

É importante conscientizar a sociedade de que o envelhecimento compõe a dimensão física, biológica, psicológica e social do ciclo de vida, fazendo parte integrante da vida de todos. Todos devem reconhecer que começamos a envelhecer no momento em que nascemos.

O idoso possui diversas qualidades, (bem como, perdas e ganhos também fazem parte do processo natural de todo desenvolvimento humano), a exemplo da memória histórica e cultural, que podem ser tão importantes quanto outras que vão se perdendo com o tempo. Ressalta-se que sempre se deve evitar o envelhecimento psicológico, com o apoio da família e da sociedade, a fim de auxiliar uma velhice saudável.

O Estado contribui com este processo na maneira com que impõe certas normas de conduta da sociedade para com as pessoas de mais idade. Cabe à família, ao Estado e à sociedade amparar e proteger as pessoas idosas, assegurando o seu bem-estar, a sua participação na comunidade, defendendo a sua dignidade e preservando o seu direito à vida.

Sendo assim, podemos dizer que com a Lei Federal nº. 10.741/03, alcançou-se a ampliação da proteção dos direitos das pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, garantindo-lhes um tratamento diferenciado em relação a outros segmentos sociais, a exemplo do que já se

havia feito com a criança e o adolescente, através do Estatuto da Criança e do Adolescente. .

O grande desafio, agora, é deixar a esfera da garantia constitucional-legal da dignidade do idoso para estabelecer medidas concretas e efetivas em relação a uma vida plena e digna destes homens e mulheres. E, como a tendência natural da vida é o envelhecimento, a luta pelos direitos dos idosos é prerrogativa de toda a sociedade.

Dessa forma, o Estatuto só transformará a realidade vivida pelo idoso quando houver a participação de todos os segmentos da sociedade e não apenas do governo. Deve-se (re) valorizar e repensar a importância do idoso na sociedade, com o intuito de desenvolvimento social e de lhes garantir o pleno exercício da cidadania, rompendo antigos paradigmas que menosprezam a velhice.

Embora se possa afirmar que existe na legislação brasileira inúmeras leis e dispositivos que asseguram direitos aos idosos, por outro lado, sabe-se perfeitamente que tais leis regulamentam tais direitos somente no campo formal, deixando-se muito a desejar na proteção prática de tais direitos.

Na teoria está tudo muito bem regulamentado, o que falta agora são implantação e fiscalização eficazes para assegurar que os nossos idosos tenham uma melhor qualidade de vida e tenham seus direitos constitucionais assegurados através de mecanismos de execução e gestão das políticas para os idosos.

A situação ideal seria a de que, ao envelhecer, o cidadão pudesse desfrutar de uma Previdência Social, cujos recursos fossem suficientes para lhe oferecer uma velhice tranqüila e que o direito ao atendimento à saúde lhe fosse assegurado com qualidade.

A garantia à moradia ao idoso deve ser inserida como uma preocupação pelos governos. Assegurar a saúde é, sim, fundamental por ser considerado o mínimo de direitos ao exercício de uma vida digna. A moradia é uma garantia que deve ser observada e respeitada pelas políticas. Como a pouco se disse, as instituições de longa permanência, sejam elas permanentes ou não, se ao mesmo tempo atingem sua verdadeira função social, uma vez que amparam os idosos propiciando uma existência digna, por outro lado representa uma trágica realidade social, por que tais medidas não atacam o problema da exclusão social do idoso, mas tão-só atingem suas causas.

2.3 Principais inovações e benefícios trazidos pelo estatuto do idoso (LEI N°. 10.741/03)

O Estatuto do Idoso (Lei n°. 10.741, de 1º de outubro de 2003) foi publicado no Diário Oficial da União em 03 de outubro de 2003.

Idoso, segundo a Lei, é a pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.

Na lógica do Estatuto do Idoso, buscou-se punir com maior rigor as infrações praticadas contra pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos. Ocorre, entretanto, que a referida lei aparentemente contraria a lógica que parecia evidente, ao dispor que:

Já entre os benefícios trazidos pelo Diploma está o de Prestação Continuada – BPC – previsto pela LDAS - lei n.º 8742/93 para idosos a partir dos 65 anos e pessoas portadoras de deficiência - a concessão de um salário mínimo para brasileiros acima de 65 anos, não contribuintes do INSS, que não podem obter seu próprio sustento ou que a família comprove não ter renda para esse objetivo.

O Estatuto também prevê a detenção de seis meses a um ano para pessoas que deixarem de prestar assistência ao idoso sem justa causa e de seis meses a três anos para aqueles que abandonarem o idoso em hospitais ou casas de saúde. Também torna gratuito, no Brasil inteiro, o transporte coletivo público para maiores de 65 anos.

No campo da saúde, o Estatuto do Idoso prevê atenção integral ao idoso, por intermédio do Sistema Único de Saúde – SUS, de acordo com os pressupostos de acesso universal e igualitário, em um conjunto articulado e contínuo das ações e serviços. Esse conjunto envolve a promoção, prevenção, proteção e recuperação da saúde do idoso e proteção à velhice.

O Estatuto estabelece, ainda, a atenção médica e odontológica, em serviços ambulatoriais, às doenças que afetam preferencialmente os idosos; fornecimento obrigatório de vacina conforme recomendação da autoridade sanitária; e a reabilitação para redução das seqüelas decorrentes de agravos à saúde.

Também é prevista a distribuição gratuita de medicamentos de uso continuado. Através do Ministério da Saúde.

Outro ponto importante é que o Estatuto do Idoso obriga os profissionais de saúde a notificarem, aos órgãos competentes, casos suspeitos ou confirmados de maus-tratos aos mais velhos.

Em relação aos planos de saúde, as operadoras ficam proibidas de fazer reajustes em função da mudança de idade para os idosos acima de 60 anos, sendo também vedada à discriminação do idoso nos planos de saúde pela cobrança de valores diferenciados em razão da idade.

A Lei n.º 10.741/03 instituiu alguns benefícios à população idosa brasileira. Desconto de 50 % em atividades culturais, gratuidade dos transportes coletivos para aqueles que tenham idade igual ou superior a 65

anos, o reajuste da aposentadoria segue o mesmo critério do reajuste do salário mínimo. O recebimento de um salário mínimo com base na Lei Orgânica da Assistência Social passou de 67 para 65 anos, direito a uma sentença célere nos órgãos judiciais, espaço ou horários especiais voltados para o público idoso, com finalidade educativa, informativa, artística e cultural sobre o processo de envelhecimento, etc.

2.4 O direito e o atendimento do idoso em instituições asilares

O artigo 3º do Decreto n.º 1648, que regulamenta a Política Nacional do idoso estabelece que:

Art. 3º Entende-se por modalidade asilar o atendimento, em regime de internato, ao idoso sem vínculo familiar ou sem condições de prover à própria subsistência de modo a satisfazer as suas necessidades de moradia, alimentação, saúde e convivência social.

Parágrafo único. A assistência na modalidade asilar ocorre no caso da inexistência do grupo familiar, abandono, carência de recursos financeiros próprios ou da própria família.

As taxas elevadas da população “muito idosa”, provocada pela redução da mortalidade nas idades avançadas, ainda que acompanhado de uma melhora das condições de saúde deste grupo populacional, tem resultado em um aumento do número de idosos com fragilidades físicas e ou mentais.

Comenta Henandes (2006):

A família, tradicional cuidadora, também vem experimentando mudanças, expressivas. Estas mudanças são acompanhadas pela participação crescente da mulher no mercado de trabalho, o que resulta em uma redução na oferta de cuidados enquanto a demanda pelos mesmos aumenta. Os dois fatores colocam as instituições de longa permanência como uma das alternativas para os cuidados de longa duração, cuja importância tende a crescer (Henandes, 2006, p. 53).

Para que se possa delinear uma política de qualidade de atendimento das Instituições de Longa Permanência e para o setor público

possa cumprir o seu papel de regulamentador / fiscalizador / executor dessas instituições, é preciso conhecer a sua realidade.

Debert (2003) comentando sobre as vantagens de pessoas idosas em instituições asilares, afirma que a experiência acumulada, a sabedoria, o desprendimento, a libertação das angústias e da pressa dos mais jovens, aspectos que dariam caráter especial e exclusivo à vivência das pessoas de mais idade e que podem tornar mais animadora a perspectiva de passar um longo período fazendo trabalho de campo, numa instituição desse tipo.

O dirigente de instituição de atendimento ao idoso responde civil e criminalmente pelos atos praticados contra o idoso.

A fiscalização dessas instituições fica a cargo do Conselho Municipal do Idoso de cada cidade, da Vigilância Sanitária e do Ministério Público.

A punição em caso de mau atendimento aos idosos vai de advertência e multa até a interdição da unidade e a proibição do atendimento aos idosos.

Debert (2003) relata que os conflitos e as desavenças são percebidos, pelo pessoal técnico e administrativo. Literalmente, os residentes fazem, uns aos outros perder o controle, ter insônia, entrar em palpitação. Os conflitos e as desavenças são percebidos, pelo pessoal técnico e administrativo e pelos próprios residentes, como uma disfunção que deve ser corrigida e sanada.

É responsabilidade das Vigilâncias Sanitárias Municipais (exceto nas menores cidades do Estado), a fiscalização de asilos que atua hoje em diversos aspectos: estrutura da entidade, condições sanitárias, cuidados com os pacientes, entre outros. É importante a observação dos técnicos nos programas de humanização de atendimento, condições de vida, segurança,

possíveis abusos psíquicos e recuperação dos idosos. Além disso, é interessante que a Secretaria tenha um cadastro completo dos asilos no Estado.

Atualmente a maioria das fiscalizações em asilos ocorre principalmente seguindo denúncias da população e entidades. A idéia é que as vigilâncias sanitárias municipais ampliem as visitas rotineiras. "É de extrema importância que a fiscalização não se limite aos aspectos físicos dos asilos. Deve-se verificar se os profissionais estão capacitados para atendimento, se os idosos têm programas de melhoria, como esportes e atividades culturais, enfim, se são bem atendidos", afirma Shimabukuro *apud* Bossi (2004).

Outra forma de instituição asilar são aquelas consideradas de longa permanência. Segundo Bossi (2004) a velhice institucionalizada configura-se por ser aquela asilada, afastada dos olhos da sociedade e reservada apenas aos "caridosos" que se dispõe a ajudar os "outros". O idoso, quando institucionalizado, em grande parte das situações vai, aos poucos, sendo afetando negativamente e passa a perder a identidade, logo adiante as capacidades de pensar e decidir, quando se vê limita-se apenas a "receber" com gratidão, e termina como número em estatísticas, percebe-se como alma confinada, nada espera além do silêncio e da morte.

Os idosos ao ingressarem em uma ILPI (Instituições de Longa Permanência para Idosos), passam por processos de ganhos e de perdas: ganham o rótulo de "abandonado" e "carente" e perdem elementos fundamentais para própria vida, que compreendem a privacidade, a individualidade, a autonomia, o pertencimento e se encerra no direito de ir e vir (Bossi, 2004).

A idéia acima retratada parece harmonizar com a situação vivida pelas residentes da instituição asilar "Casa Amigo da Vida".

Tais mulheres foram acolhidas pela instituição e até hoje lá se encontram, pois as residentes não tinham ou haviam rompido os vínculos familiares.

Alguns familiares foram encontrados através da Internet, porém, todos os que foram contatados pela instituição, não mostraram interesse em acolher seu familiar novamente. Desta forma, não demorou muito para que as idosas buscassem na instituição asilar um laço familiar mesmo sabendo ser ela artificial.

2.5 Acesso à justiça e atuação do Ministério Público

As questões do acesso à justiça e da atuação do Ministério Público ganham dimensão especial com o estatuto, a partir das seguintes instituições:

- possibilidade de criação de varas especializadas na proteção do direito dos idosos (art. 70);

- prioridade na tramitação de processos e diligências judiciais em que o idoso figure como parte ou interveniente (art. 71).

Art. 1.211-A. Os procedimentos judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a sessenta e cinco anos terão prioridade na tramitação de todos os atos e diligências em qualquer instância.

Art. 1.211-B. O interessado na obtenção desse benefício, juntando prova de sua idade, deverá requerê-lo à autoridade judiciária competente para decidir o feito, que determinará ao cartório do juízo as providências a serem cumpridas.

Art. 1.211-C. Concedida à prioridade, esta não cessará com a morte do beneficiado, estendendo-se em favor do cônjuge supérstite, companheiro ou companheira, com união estável, maior de sessenta e cinco anos.

3. O PROCESSO DO ENVELHECIMENTO E SUAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Netto (1997) entende envelhecimento como um processo natural em todos os seres humanos, em qualquer momento da vida. Nele ocorrem alterações no organismo, nas relações, na capacidade de se adaptar ao seu meio e na maneira de agir. Já velhice é definida como a etapa da vida do ser humano em que as alterações ocorridas no envelhecimento se acentuam, sendo, portanto, o resultado deste.

Martins (1997), aponta que representações Sociais são formas de pensar e explicar a realidade e assuntos sociais que interessam as pessoas, tendo como base as conversas cotidianas, que os grupos da sociedade constroem constantemente.

A partir dos anos 80, o envelhecimento populacional tornou-se um fenômeno que atinge grande parte do mundo, tanto em países desenvolvidos quanto nos países em desenvolvimento.

Segundo Berquó (1996), no Brasil, por exemplo, a população maior de sessenta e cinco anos atingiu, no ano 1991, mais de sete milhões de pessoas e estima-se que entre os anos 2010 e 2020 a taxa de crescimento de indivíduos dessa faixa etária seja de 3,80, o que comparando com a taxa de 1991-2000 (de 2,25), representará um aumento considerável. No entanto, em muitas regiões, ainda se rejeita o idoso, seja de maneira direta ou indireta.

Esse prolongamento do tempo de vida das pessoas tem gerado inúmeros questionamentos acerca de como é compreendido o envelhecimento humano dentro das sociedades atuais. “A sociedade brasileira não parece estar preparando seus cidadãos para esse processo” (Santos, 1990, p. 28).

O envelhecimento populacional constitui uma das maiores conquistas do presente século. Poder chegar a uma idade avançada, já não é mais privilégio de poucas pessoas. Em contraposição, muitas sociedades não são conseqüentes com essas mudanças demográficas, no seguinte sentido: as mesmas atribuem valores relacionados com a competitividade para seus grupos, valorizam a capacidade para o trabalho, para a independência e para a autonomia funcional, entre outras. Só que, na realidade, muitas dessas crenças e valores, nem sempre podem ser acompanhados pelos idosos, se levar em consideração algumas mudanças e perdas que freqüentemente se associam à velhice. Parte dessas crenças são construídas na forma de representações, nas conversações diárias dos grupos.

Nesse sentido, Moscovici assinala que a noção de representação social são construções que surgem no nosso cotidiano e se transformam em conceitos.

[...] um conjunto de conceitos, afirmações e explicações originadas no cotidiano, no curso de comunicações interindividuais. Elas são equivalentes, em nossa sociedade, aos mitos e sistemas de crenças das sociedades tradicionais; elas podem até mesmo ser vistas como uma versão contemporânea do senso comum.⁵

As representações sociais são produzidas pelas interações e comunicações no interior dos grupos sociais, refletindo a situação dos indivíduos no que diz respeito aos assuntos que fazem parte do seu cotidiano. A função essencial da representação social, para quem a representa, é tornar aquilo que não é familiar em algo familiar. Essa função relaciona-se com a tentativa de representar uma realidade pouco conhecida a partir do que se sabe dela.

O problema é compreender quais são os elementos mais importantes na familiarização e que diferentes grupos têm com o envelhecimento, levando em consideração não só os idosos, mas também, pessoas que se encontram próximas dessa condição, quer dizer, entre cinquenta e sessenta anos.

⁵ http://www.utp.br/psico.utp.online/site4/repres_sociais.pdf

Existem diferentes representações sociais sobre o envelhecimento e no Brasil, o idoso ainda é discriminado, desvalorizando sua condição. Mesmo entre as pessoas acima de sessenta anos, as perdas, incapacidades e doenças são aspectos das representações da velhice. Entretanto, é importante analisar a relação entre as perdas e os ganhos, durante a última fase da vida. Esses modelos colocam que, apesar do envelhecimento continuar sendo representado na base de perdas, as pessoas idosas têm muitas capacidades que são ignoradas, quer dizer, ganhos que passam despercebidos e, em conseqüência, não são valorizados. Cita-se aqui o "modelo de envelhecimento bem sucedido de Baltes" (1995), a esse respeito diz que:

[...] o envelhecimento bem sucedido precisa de uma avaliação sustentada em uma perspectiva multidimensional, na qual fatores objetivos e subjetivos sejam considerados dentro de um contexto cultural, que contém demandas específicas. (BALTES, 1995, p. 4).

Se as representações sociais do envelhecimento e da velhice forem sustentadas principalmente com base na noção de declínio, isto teria conseqüências negativas não só para a conduta delas, diante desse processo, mas também para aquelas pessoas que ainda não são idosas.

Muitas vezes, os próprios idosos simplificam o envelhecimento humano, exclusivamente a partir das perdas, representando o processo com predisposições desfavoráveis, estereótipos negativos e preconceitos como, por exemplo: "não serve para nada, inutilidade, não vai para frente, não tem saúde, só doença, não tem destino, não volta", etc. Em um trabalho desenvolvido por Santos (1990), acerca da influência da aposentadoria sobre a identidade do sujeito, a pesquisadora refere que nas sociedades modernas a ênfase continua sendo dada à juventude e à capacidade de produção. Nas mesmas, "ser velho representa um afastamento do mundo social"(Santos, 1990, p.22).

Debert (1996), destaca que, além dos estudos feitos mostrando a atual representação da velhice em termos de processo contínuo de perdas, estão-

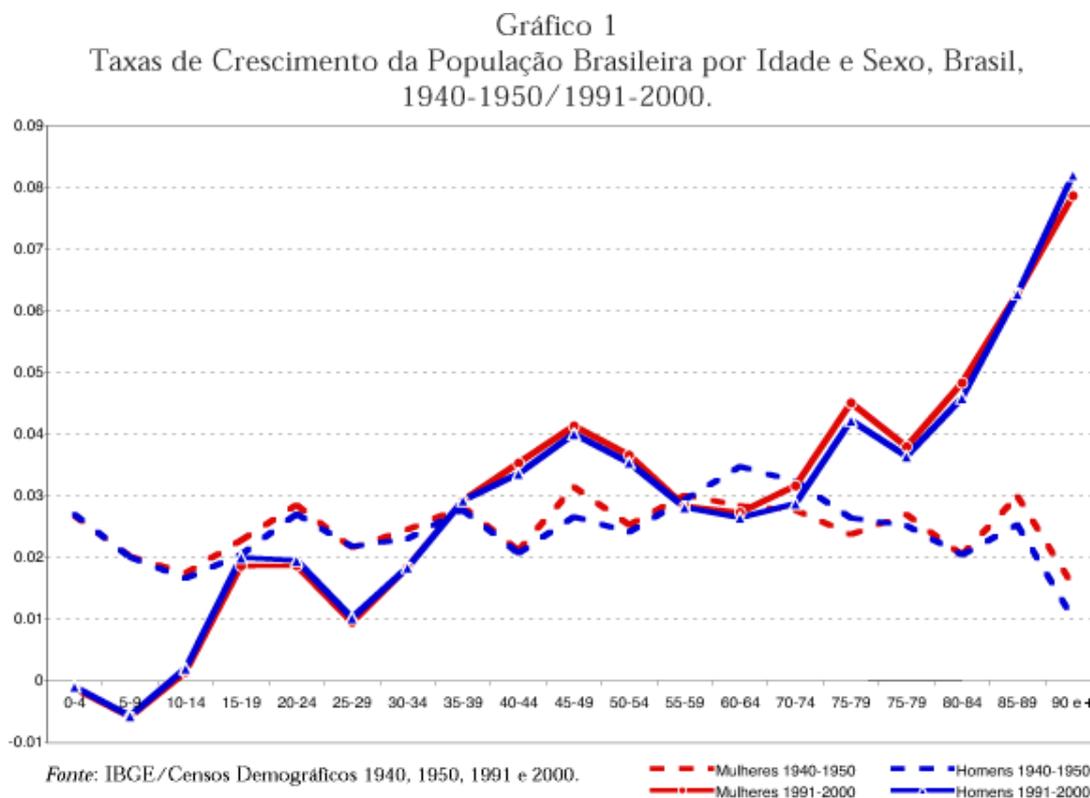
se abrindo outros espaços para que diversas experiências de envelhecimento bem sucedidas possam ser vividas coletivamente. Por exemplo, os grupos de convivência de idosos e as universidades da terceira idade, entre outras.

Sem fechar os olhos às limitações físicas e mentais que vêm com a velhice, o envelhecimento biológico se inicia muito antes do psíquico. Compreendam, além disso, que o processo de educação não deve ser visto apenas como transmissão de conhecimento e informações, mas, sobretudo como oportunidade de vivência social, já que a falta de uma tal oportunidade, assim como de estímulos intelectuais, especialmente na idade avançada, favorecendo o declínio do indivíduo.

3.1 O envelhecer para a mulher

Com o avanço do conhecimento científico, principalmente no campo da ciências médicas, houve um crescente aumento na qualidade de vida da população idosa, o que fez refletir no aumento da população idosa brasileira. Tal fenômeno também conhecido por envelhecimento populacional, significa uma mudança de pesos dos diversos grupos etários no total da população como resultado da queda da fecundidade e da mortalidade. Segundo Camarano, (2003) “esta última veio acompanhada de melhorias nas condições de saúde e acarretou mudanças em todo o ciclo da vida, inclusive nos papéis sociais atribuídos a cada idade e sexo”.

O gráfico abaixo reflete bem essa ascendência. Senão vejamos:

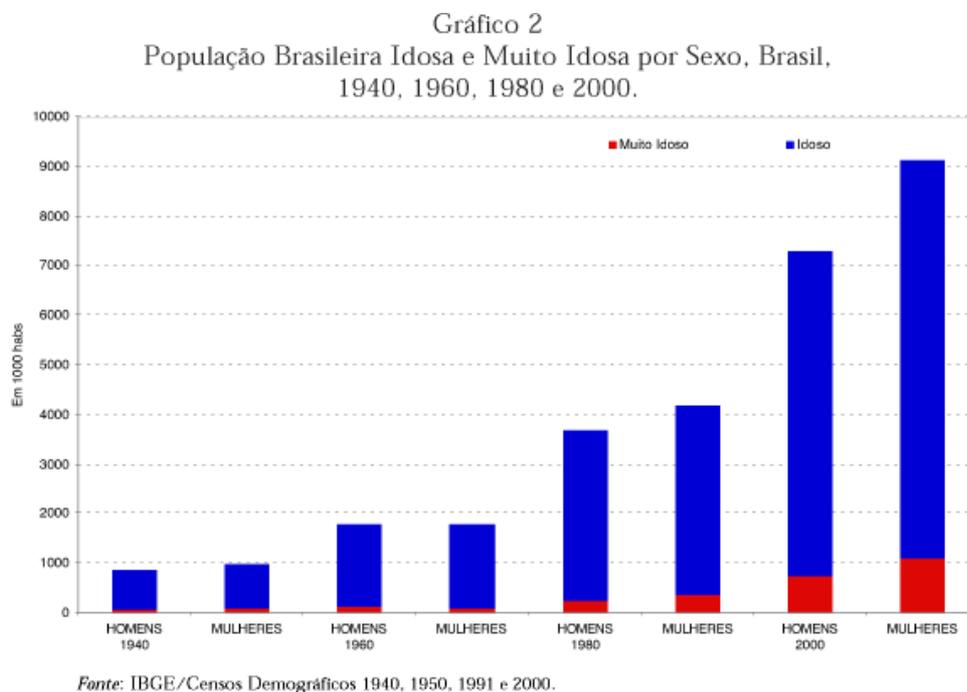


A cada ano a população idosa brasileira não para de crescer. Até o ano de 2000, aproximadamente 60% deste contingente eram compostos por mulheres. “De 2000 em diante a população feminina muito idosa respondia por 12% da população idosa brasileira” (Camarano, 2003).

Em que pese à velhice não ser formada essencialmente por mulheres, quando viúvas, as mulheres idosas ficam em situação socioeconômica desvantajosa. De acordo com isso, segundo Nogales, (1998):

Além disso, embora as mulheres vivam mais do que os homens, elas passam por um período maior de debilitação biológica antes da morte do que eles. Por outro lado, são elas mais do que os homens, que participam de atividades extradomésticas, de organizações e de movimentos de mulheres, fazem cursos especiais, viagens e mesmo trabalho remunerado temporário. Já homens mais velhos têm maiores dificuldades de se adaptar à saída do mercado de trabalho (Nogales, 1988, 35).

O gráfico abaixo demonstra a presença da população idosa e muito idosa por sexo, no Brasil, considerando as décadas de 40, 60, 80 e 2000.



O processo de envelhecimento na mulher é mais delicado do que no homem, pois aquelas sofrem mudanças físicas muito marcantes, como perdas de energia física e capacidade locomotora da juventude, menopausa e perda da capacidade reprodutiva. Essa vivência do envelhecimento pode ser vista tanto positivamente como negativamente também, pois essas mudanças tornam a mulher mais frágil e vulnerável.

Por um lado, se adquire também a experiência dos anos vividos e a conquista de conhecimentos vistos como ganhos que podem compensar as outras perdas que são inevitáveis no envelhecimento.

O envelhecimento pode trazer também para as mulheres, tranquilidade, realização profissional, familiar e social. Esses fatores dependerão da sua vivência ao longo da vida e do seu histórico individual. Os sentimentos de realização ou fracasso vai depender de como ela estava inserida no mundo.

De acordo com Beauvior (1970), relacionamentos e vínculos mudam, porém laços mais fortes são mantidos mesmo que à distância.

A relação da mulher com a família é de suma importância no processo de envelhecimento; são vínculos duradouros na qual existe a troca de “sabedorias” (Bosi, 2004), dividindo interesses e afetos. Um bom relacionamento familiar pode ajudar na construção de uma velhice tranqüila.

Segundo o censo 2000, constatou-se que 55% do contingente populacional brasileiro maior de sessenta anos era composto por mulheres. Entre os maiores de oitenta anos, essa proporção sobe para 60,1%. Além disso, segundo Carmarano (2003), é reconhecido que homens e mulheres vivem e envelhecem de forma diferenciada.

Dessa forma, ressalta Carmarano (2003) que:

A maior preocupação com a questão do envelhecimento populacional e, em especial, com o feminino, decorre do fato de se encarar esse contingente como dependente e vulnerável não só do ponto de vista econômico, como também de debilidades físicas, o que pode acarretar perda de autonomia e incapacidade para lidar com as atividades do cotidiano. Fala-se aqui de mulheres que estão no seu último estágio da vida, o qual é associado com a retirada da atividade econômica, com taxas crescentes de morbidade, principalmente por doenças crônicas, de mudanças na aparência física, além do aparecimento de novos papéis sociais, como o de ser avós ou chefes de família, em decorrência da viuvez. (Carmarano, 2003, p. 09).

Ressalte-se que a qualidade de vida da população idosa depende de suas capacidades básicas, das políticas sociais e outras fontes de apoio. A família pode ser considerada um apoio bastante útil nesse processo. No caso do objeto da presente pesquisa pode-se adiantar que a falta de uma estrutura familiar adequada contribuiu para que as idosas fossem levadas à instituição asilar.

A perda do companheiro ou o desligamento da família debita da mulher idosa a possibilidade de se auto manter. A perda da capacidade

econômica associada muitas vezes a cisão familiar levam, não raramente, as mulheres procurarem ajuda em instituições asilares.

Exemplo disso é o que ocorre com o público-amostra do presente estudo. São mulheres idosas que tiveram o elo familiar abalado e que por isso residem na instituição “Casa Amigo da Vida”.

4. METODOLOGIA

Selecionando os sujeitos e os dados

O início da pesquisa de campo se deu no ano de 2006, através de um primeiro contato, onde foi apresentada a proposta de trabalho à equipe dirigente da instituição “Abrigo Casa Amigos da Vida” objetivando o consentimento para a realização da mesma, assim parti para um segundo momento que foi a exploração do campo e aproximação com o grupo. Essa fase exploratória foi realizada durante o dia 16 de maio ao dia 22 de julho, na qual os contatos se intensificaram e se criou um vínculo de confiança, o que facilitou de certa forma as entrevistas com três residentes do referido asilo.

A pesquisa qualitativa realizada na Casa Amigos da Vida visa compreender os motivos que levaram essas mulheres a buscar abrigo na casa.

Considera-se qualitativa porque são realizadas descrições detalhadas dos fenômenos das resistências às mudanças e de sua gestão. O que se busca com a pesquisa qualitativa não são estatísticas nem tampouco uma quantidade avantajada de dados, mas fatos que tentem expressar, de forma clara e satisfatória o objetivo do trabalho.

Segundo Santos & Clos (1998, p.2) *apud* Handem; Matioli & Pereira (2000, p. 107), “a pesquisa qualitativa surge diante da impossibilidade de investigar e compreender por meio de dados estatísticos alguns fenômenos voltados para a percepção, a intuição e a subjetividade”.

A Casa atende hoje, quinze mulheres com idade a partir de cinquenta anos, sendo que doze possuem algum distúrbio mental. Três mulheres foram selecionadas para a pesquisa, pois se encontram com a função mental e memória preservadas.

A ida ao Abrigo se deu durante a semana em período vespertino. Foi elaborada ficha de identificação para assim começar com a técnica de história de vida, através de depoimentos orais e individuais (com uso do gravador) para discorrerem livremente sobre suas vidas, tendo como guia o tema proposto voltado para o relacionamento familiar no decorrer de suas vidas, para então compreender o que levaram essas mulheres a buscar asilo na casa.

As entrevistas contemplam os três principais objetivos que compreendem a pesquisa:

Compreender os motivos que levaram essas mulheres a buscar abrigo.

Conhecer a importância do papel da família na vida dessas mulheres.

Entender os fatores que as levaram a serem encontradas na rua.

Entender os processos de vida dessas mulheres, o papel da família, os motivos que muitas vezes as levam ao abandono e perda do núcleo familiar, contribuirá para que o Serviço Social atue no entendimento mais profundo do processo de envelhecimento. É importante trabalhar e preparar as famílias para conviver com os idosos, contribuindo assim para um envelhecimento saudável de toda a sociedade.

4.1 Procedimentos da pesquisa

A data, o horário e o local da entrevista foram previamente combinados por contato telefônico. Nessa ocasião, informei que a duração da entrevista não passaria de uma hora. Tomei o cuidado de observar a recomendação para manter o local da entrevista tranquilo e sem a presença de estranhos ou funcionários.

Expliquei também aos participantes os procedimentos. Usei na entrevista de pesquisa a gravação em áudio para facilitar a transcrição.

O procedimento se traduz nas estratégias traçadas para chegar até o sujeito e realizar a entrevista. Dessa maneira, para chegar até o sujeito, é necessário construir uma situação contextualizada por uma série de fatores materiais (local e horário) e interacionais (forma de considerar o contato).

Percebi esses aspectos (interação entre o entrevistador e o entrevistado) frente a frente com as idosas, que a princípio hesitam em participar, mas à medida que eu me identificava, esclarecendo o objetivo do meu trabalho e o quanto eu precisaria de suas experiências pessoais, logo concordavam em participar e colaborar.

Expliquei que a entrevista fazia parte do trabalho de conclusão de curso (T.C.C). Apresentei-lhes os objetivos do trabalho e os motivos que me levaram a realizar a entrevista. Falei também sobre a relevância do tema e o quanto poderia subsidiar outros profissionais que trabalham com este segmento.

Finalizei a entrevista, agradecendo a atenção a mim concedida e em seguida convidada a conhecer as dependências da casa, bem como alguns funcionários que estavam trabalhando naquela ocasião.

Assim, compreendendo que essa forma de entrevista permitiu uma melhor apreensão do meu objeto de estudo, em suas múltiplas dimensões.

4.2 Demonstração dos resultados da pesquisa

Considera-se para fins estatísticos neste trabalho idosos acima de sessenta e cinco anos de idade. A escolha dos gerontos dentro da instituição

asilar, foi feita por indicação de uma funcionária responsável pelos residentes.

O universo em que se iniciou a pesquisa é composto de quinze pessoas, dentre as quais, três delas foram entrevistadas. Para se chegar ao resultado, foi aplicada entrevista aberta, as quais se encontram anexo.

4.2.1 Depoimento nº 1

A primeira entrevistada encontrou na instituição asilar Casa Amigos da Vida, a família que nunca teve. Aos dezessete anos foi expulsa de casa pelo pai, ao saber que a mesma estava grávida e sem opção, foi morar com o companheiro (pai do seu filho e alcolista). Era vítima de constantes agressões por parte do seu esposo e não demorou muito para que os efeitos da bebida se tornasse pública e a situação ficar insustentável. Quando seu filho completou cinco anos fugiu com seu filho para São Paulo, na expectativa de melhorar de vida.

Depois de trabalhar em diversos empregos não teve outra alternativa senão viver da mendicância. Após viver durante muito tempo nessa situação, foi encontrada pela Casa Amigos da Vida.

4.2.2 Depoimento nº 2

A segunda entrevistada foi para a instituição Casa Amigos da Vida também por questões familiares. Enquanto seus pais ainda estavam vivos a família, mesmo em meio à miséria, permaneceu junta. Depois da morte dos pais da entrevistada, cada irmão tomou um rumo diferente na vida.

Pelo o que se pode extrair da entrevista, verifica-se que a família é ainda o vínculo que mantém as pessoas unidas umas as outras. A falha

nesse processo institucional pode acarretar ao indivíduo trágicas conseqüências. A perda da identidade e a falta de referência parecem figurar entre as causas mais comuns desse desequilíbrio.

De fato, a ausência da família associada à pobreza são causas suficientes para a marginalização do indivíduo. A marginalização da qual tratamos não está ligada diretamente à delinqüência, como o nome faz crer, mas sim a exclusão do indivíduo da instituição que ele mais necessita.

4.2.3 Depoimento nº 3

A terceira e última entrevistada embora tenha uma história diferente das demais entrevistadas, em alguns pontos pode-se dizer que há grandes semelhanças.

A família mais uma vez aparece como causa determinante na história do indivíduo. Como se deixou evidenciado na entrevista, a ausência de uma unidade familiar foi novamente decisiva para a história da entrevistada. Sua mãe falecera quando tinha cinco anos. Passou então a ser criada pelo seu pai e por sua madrasta. Seu pai era uma pessoa muito violenta.

Depois da morte do casal num acidente a entrevistada formou uma nova família, da qual resultou uma filha. Após ter se casado e ido morar em outra cidade, sua filha nunca mais deu notícias de seu paradeiro, fato esse que levou a entrevistada a morar na rua. Foi então que o asilo Casa Amigos da Vida lhe acolheu.

4.3 Análise das entrevistas com os idosos

Para melhor compreensão dos dados entrevistados, considera-se expressivo apresentar algumas características.

Os idosos residentes tem características semelhantes, porém, com algumas diferenças significativas.

Foi possível observar durante a pesquisa, através de observações com as idosas da instituição que eles sentem-se tristes em relação ao tratamento que recebem por parte dos jovens e principalmente da família. Percebi também que as idosas demonstram significativo interesse em relatar suas experiências, como que pedindo para serem mais ouvidas, amadas e valorizadas.

Através dos depoimentos, evidenciou-se a existência de divergências de idéias, um choque de valores sociais e morais entre jovens e idosos. Conclui-se que basicamente em nossa sociedade, falta um relacionamento sadio e equilibrado entre as gerações.

São diversos os motivos que levaram as residentes entrevistadas ao asilo. Foi constatado que todas elas vieram de famílias pobres, o que nos força a concluir que fatores econômicos influenciam enormemente nas questões relacionadas à vida asilar. Isso não quer dizer, por outro lado, que tal fator seja preponderante. O que se pode dizer é que o fator econômico influencia esse processo.

Os idosos passam a ser meros consumidores desses serviços básicos prestados, esquecendo-se, portanto, as outras características da condição humana.

As pessoas não se satisfazem somente porque comem, dormem em lugar seguro e limpo. O homem é uma totalidade complexa e dinâmica, no que consiste à sua individualidade. Se puder somente

ter ou fazer isto ou aquilo, vai perdendo sua característica particular ou sua própria existência. (Goffman, 1979, p. 17)

A instituição embora simples tem acomodações para todas as residentes. Os funcionários são capacitados e demonstraram ser atenciosos e prestativos.

A maior dificuldade existente está relacionada com as finanças. Há meses em que o número de doações caem significativamente, o que acaba comprometendo a qualidade de vida das residentes.

O presente estudo demonstrou que os asilos, sobretudo a “Casa Amigos da Vida” são instituições que visam suprir a ausência estatal e familiar na proteção e demais políticas sociais. Se de um lado os asilos representam a tentativa de resgate de serviços que são de integral responsabilidade do Estado, de outra parte refletem também um problema sócio-familiar do País.

A família deste século passa por fortes e abaladoras transformações sociais. A globalização fez desencadear um novo ritmo de vida nas sociedades, sobretudo nas ocidentais. Essa ininterrupta mudança levou mulheres a participarem ativamente no mercado de trabalho, afetando assim a tradicional família. O mundo ganhou conceitos e ritmos diversos. Os novos tempos exigem muito mais do homem em termos de mão-de-obra do que se exigia em outrora. As famílias em peso saíram para atender as novas exigências do mercado de trabalho, sem pensarem que um dia sua produção seria comprometida por questões diversas. A velhice é uma das principais causas de limitação à competição do atual mercado. Por essa razão foi-se criando ao longo do tempo meios alternativos para atender essa nova exigência. Os asilos sejam de curta ou longa permanência, são instituições criadas para, quando não suprirem as emergências sociais, para atender a uma nova realidade nascida com as mudanças no âmbito sócio-familiar.

Considerações Finais

Considero as idosas do Abrigo Casa Amigos da Vida, anônimas, pois na sociedade capitalista em que vivemos, os idosos muitas vezes são rotulados de improdutivos, inaptos para o mercado de trabalho. Além do que, pouco consomem, não geram lucro e não possuem uma grande fonte de renda. O próprio Abrigo aqui abordado também se encontra no anonimato, não têm ajuda do governo tanto estadual quanto municipal, a não ser três cestas básicas mensais e sobrevivem de doações de amigos.

O estudo teve por objetivo comprovar ou negar a hipótese abordada neste trabalho, me levou a entender que a sociedade tem se dedicado a ressaltar que vivemos no tempo da modernidade, fazendo questão de manter os holofotes ligados às maravilhas dos avanços tecnológicos.

Campo esse preenchido quase que totalmente pela geração jovem. A mídia apresenta constantemente, mensagens de apelo ao que é jovem, fazendo ligação direta ao que é vida, beleza, saúde, possibilidade, etc.

A discriminação etária está presente em instâncias de várias ordens. Ora camuflada, ora transparente e escancarada. O desprezo pela experiência parece que se tornou natural.

As instituições de longa permanência, embora sejam extremamente úteis é ao mesmo tempo conseqüência do abandono dos idosos sem lares e sem família, que encontram no estabelecimento asilar uma forma de inclusão e proteção social.

O Estado deve ser mais eficaz na aplicação e execução das Leis de Proteção ao Idoso e cabe a sociedade fiscalizar e fazer valer os direitos dos idosos, a começar, respeitando esse segmento da qual todos farão parte um dia.

A família também é responsável pelo bem estar do seu idoso, porém não posso deixar de citar aqui que infelizmente no Brasil, a classe operária vive com mínimos sociais e poucos recursos para propiciar uma velhice saudável ao seu idoso, se encontrando em situação de vulnerabilidade social e sem condições de abrigá-lo, optando assim pelas Instituições de Longa Permanência que realizam trabalho de acolhimento beneficente, a exemplo, o local aqui pesquisado.

Foi de grande valia a presente pesquisa. Primeiramente porque aprendi como se faz uma pesquisa; segundo porque através deste estudo pude identificar como vivem as pessoas idosas no Brasil. E terceiro, porque me propiciou o gosto pela leitura, me possibilitou trilhar por outros caminhos em busca de descobertas incertas, e principalmente porque adquiri conhecimentos que me subsidiarão no decorrer da minha profissão e também no meu processo de envelhecimento.

Concluí também que não há um único motivo comum que levou as residentes a estarem na instituição. Cada entrevistada apresentou um motivo particular. Aliás, a quebra do vínculo familiar não pode ter como causa um único fator, normalmente tais fenômenos vem associados a múltiplas causas. Não podemos atribuir como causa do desligamento familiar à expulsão, por exemplo, do indivíduo da família. O contexto deve igualmente ser levado em consideração.

Antes deste estudo, a velhice pra mim era apenas uma palavra sem tanto significado. Hoje enxergo que velhice significa exemplo de vida e sinônimo de muita beleza.

Um acervo para poucos, um empecilho para muitos, mas é uma realidade pela qual toda sociedade vivenciará um dia. Portanto, essa mesma sociedade que despreza a população idosa precisa se reeducar para quando chegar seu momento de velhice, também não ser rejeitada pelas gerações futuras.

Diante de tudo que se viu ao longo do presente trabalho, não se pode deixar de ressaltar o importante papel do assistente social no contexto institucional do envelhecimento. A garantia ao acesso de direitos sociais deve sempre ser o foco de atuação do profissional da assistência social. De nada adianta o Estado se não promover Políticas Públicas voltadas ao segmento idoso institucionalizado conferindo a eles meios de exercerem tais direitos. Atuando no combate dessa exclusão que a Assistência Social deve promover sua ofensiva, de modo a garantir acesso aos direitos a tais grupos sociais, norteando caminhos que vão de encontro às necessidades, fazendo valer os direitos do idoso, focando seu bem estar social e seu importante papel na sociedade.

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, TCN, Alves MIC. VERAS R. Perfil da População Idosa no Brasil. Veras R e colaboradores. Velhice numa perspectiva de futuro saudável. UNATI: Rio de Janeiro, 2001.

BALTES, P.B. Psicologia da sabedoria: Origem e desenvolvimento. Papirus: São Paulo, 1995.

BEAUVOIR, S. A velhice. 2º edição. Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 1970.

BOSI, E. Memória e Sociedade: Lembrança dos Velhos. 12º edição. Companhia das Letras: São Paulo, 2004.

BERQUÓ, E. Algumas considerações sobre o envelhecimento da população no Brasil. Brasília, DF. 1996.

CAMARANO, Ana Amélia. Mulher idosa: suporte familiar ou agente de mudança? Estud. av. vol.17, no.49, São Paulo, Sept./Dec. 2003.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant. A priorização da família na agenda da política social. Cortez: São Paulo, 1994.

CHAUÍ, Ecléia Bosi. Os idosos e os preconceitos. Vozes: São Paulo, 1974.

CORTE, Beltrina; ARCURI, Irene G. Velhice, envelhecimento e complexidade. Vetor: São Paulo, 2003.

CUBAS, M., R.; LISBOA, M. C.; CHAVES, M. E. M. A representação social ao vínculo familiar pelo idoso. 2004.

DEBERT, Guita Grin. As representações sociais do papel do idoso na sociedade atual. Brasília, DF. 1996.

HERNANDES, Elizabeth. Instituição de longa permanência para idosos. 2005.

FACHIN, Odília. O idoso e a família: aspectos sociológicos. Pró-ciência: São Paulo, 1982.

GOFFMAN, Erving. Manicômios, prisões e conventos. Revista DMB: Porto Alegre, 1979.

LAHAM, Cláuber Faria SÊNECA, Revista Médica. *São Paulo*. Ano 3, Vol. 3, n.º 2, 1980.

MARTINS, José de Souza. Exclusão social e a nova desigualdade. São Paulo: Paulus, 1997.

NETTO, Bruno Coraucci; CAMPOS, Maurício de Arruda. *Treinamento Funcional Resistido em pessoas idosas*. R1evinter, 2002.

NOGALES, Ana Maria Vasconcelos. "A mortalidade da população idosa no Brasil". Em *Como Vai? População brasileira*. Brasília, Ipea, ano III, nº 3, dez. 1998, pp. 24-32.

PÔSTER, Mark. Teoria crítica de família. Rio de Janeiro. Zahar, Relatório da ANFIP – Análise da Seguridade Social em 2005, Brasília, 1979.
SENECTA, Revista Médica. São Paulo. Ano 3, Vol. 3. n.º 2, 1980.

RUDIO, Franz Victor. *Introdução ao projeto de pesquisa científica*. 21º ed. Vozes: Rio de Janeiro, 1997.

VERAS, Ricardo Régis Oliveira Veras. Estudo sobre o Estatuto do Idoso, São Paulo, 2005.

SANTOS, M.F.S. Identidade e aposentadoria, Pedagógica e Universitária: São Paulo, 1990.

SÊNECA, Lucius Annaeus. A brevidade da vida. Trad. Luiz Feracine. Col. Grandes Obras do Pensamento Universal – 81. Escala: São Paulo, 2006, p. 19.

SILVA, Flávia Pereira. Crenças em relação à velhice, bem estar subjetivo e motivos para freqüentar universidade da terceira idade. Dissertação de mestrado, Campinas, 1999.

SZAJMAN, Abran. O século da terceira idade. SESC: São Paulo, 2003.

Wright LM, Leahey M. Enfermeiras e famílias: um guia para avaliação e intervenção na família. 3 ed. Roca: São Paulo, 2002.

WEINECK, Jürgen. *Treinamento ideal*. 09º ed. Manole: São Paulo, 2003.

_____. *Biologia do esporte*. Trad. Anita Viviani. Manole: São Paulo, 1991.

Sites pesquisados:

<http://www.saude.sp.gov.br>

<http://www.serasa.com.br/guiaidoso/20.htm>

ANEXOS

Anexo 1 – Entrevistas

Anexo 2 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Entrevistas

Para dar início a pesquisa de campo foi estabelecido um contato e apresentada a proposta de trabalho a equipe dirigente da instituição para obter seu consentimento. Com isso fui a campo para uma aproximação das asiladas.

Em agosto/2007 foi realizada a ida ao asilo para realização da pesquisa com autorização da instituição e das asiladas, a visita se deu durante a semana no período vespertino. Selecionei duas senhoras que tem suas memórias preservadas e que podem participar da pesquisa, pois como já mencionei em capítulo anterior, treze asiladas possuem transtorno mental.

Conhecer essas histórias foi possível através da história de vida com depoimentos orais com o objetivo de obter informações do depoente relacionadas a um fim específico.

Pedi às entrevistadas que discorressem livremente sobre suas vidas, tendo como guia um tema proposto que é o objetivo da pesquisa, voltado para o abandono da família, para isso utilizei-me do uso de um gravador, autorizado pelas depoentes. Fiquei atenta também a todos os gestos, olhares, silêncio, linguagem não oral, gestual no decorrer de suas falas com o uso do diário de campo para anotação de todas essas informações.

A primeira entrevista foi realizada no dia 23.08.07 com a Dona C. R. (69 anos), que se encontra no asilo há nove anos.

“Eu tinha 17 anos quando meu pai me expulsou de casa porque ficô sabendo que eu tava grávida. Morava no interior de Minas Gerais numa cidadezinha chamada Ponte Nova. Meus pais trabalhavam na roça. Fui morar com o pai do meu fio que tinha 46 anos e bebia muito e me batia. Eu trabalhava dia e noite pra sobreviver porque meu companheiro só bebia. Quando meu filho completou cinco anos, peguei ele e fugi pra cá pra São Paulo que todos falava que tinha emprego pra todo mundo que precisava. Depois de um tempo sem emprego e

sem casa, vivendo das esmolas do povo que passava na rua, descobri que o sofrimento de lá era pouco perto do que tava vivendo nessa cidade grande.

Acho que eu tinha uns vinte e cinco anos quando comecei a fazer programa, deixei meu fio para um abrigo e fui enfrentar a vida. Eu era bonita, apesar do sofrimento. Conheci um homem que bancava as mulheres que trabalhava pra ele aí pelo menos eu tinha onde morar e o que comer. Acho que eu fiquei uns dez anos nessa vida e conheci muita gente nesse período, gente ruim e gente boa e aí foi uma dessas pessoa que me ajudou a procurar outra coisa pra fazer. Era a dona da pensão que eu morava, chamava Dona Margarida, uma mulher muito boa que conseguiu um emprego de empregada. Eu num sabia fazer muita coisa não, mas essa dona Margarida me ensinou e deu referência minha nessa casa. Era um sobrado pros lado da zona leste, na casa tinha um casal de certa idade já e duas filha moça. Eu fui morar com eles lá e trabalhei acho que bem uns quinze anos lá. Suas filhas casaram, seu José morreu e dona Iracema foi p/ asilo porque as filha num tinha mais como cuidar dela e eu já bebia muito e sofria por nunca mais saber do meu fio Damião, ele tinha o nome do pai.

Tive que saí dessa casa, porque ela foi vendida pelas filhas e de lá p/ cá, minha vida foi andar de emprego em emprego, sem parada e sem destino. As pessoas não queriam mais eu pra trabalhar porque já num era a mesma coisa até que um dia eu voltei de vez para as rua de novo e por aí fiquei até ir parar num hospital e de lá vim pra esse asilo sem família e sem ninguém. Perdi todos meus documentos na rua e mal sei nada da minha família que há anos ficou pra traz e ainda perdi meu filho. Hoje minha família é essa casa.”

A segunda entrevista foi realizada no dia 25.08.2007, com a Sr^a O. M. R. (72 anos)

!! minha história é longa minha filha. Sou baiana de sangue. Vim pra essa cidade (São Paulo) com uns 7 anos. Meu pai mexia com artesanato e minha mãe vendia coco na praia. Eu não estudei quase que nada. Nois vivia indo pra lá e pra cá. Perdi três irmão. Então sobrou eu e mais quatro irmão. Quando nois chegamo aqui não tinha o que come. Filha, você num sabe o quanto a gente sofreu. Cheguei até comer lixo. Quando eu tinha 16 ano mataram meu pai. Então fiquemos eu e mais minha mãe e meus irmão. O irmão mais velho se foi pra outra cidade e até hoje não sei se está morto ou vivo. Quando entrei aqui as meninas procuraram o nome dele no computador, mais não encontraram nada. Depois de algum tempo minha mãe morreu também de doença. Aí cada irmão foi pra um lado. Trabalhei de faxineira, vendedora, mas sempre por pouco tempo. Eu não tinha estudo. Depois nem bico eu conseguia direito. Foi então que passei a vive na rua, junto com os outro pedindo esmola. É minha filha, a vida é dura! Depois de velha eu não conseguia fazer nada. Tenho muitos problema de saúde. Sofro de coluna, tremo muito, olha só como está minha mão! Então graças a Deus o pessoal dessa casa me encontrou, me trouxe pra cá e estou aqui já uns 8 anos. Filha, pra quem não tinha nada, isso aqui é uma maravilha. So bem tratada, eles são uns amorzinho. Às vezes elas fazem docinho pra gente. Assistimos televisão, às vezes vem algumas pessoas igual a você pra conversar com a gente. Então eles passam a tarde inteira com a gente e ficamo muito feliz. Tenho saudade do meu tempo de moleca. Outra coisa, aqui fazemo muito amigo. Conversamo, dançamo, assistimo a novelinha (rs). Bom, acho que é só isso. Não sei se eu consegui te ajudar lindinha, é que é tanta coisa né!

A terceira e última entrevista foi realizada dia 30 de agosto, com o Sr^a. F. F. (68 anos)

Estou aqui já faz bastante tempo, quase 8 anos que serão completados no final do ano. Tive uma vida difícil. Minha mãe morreu quando eu tinha 5 anos, fui criada com o meu pai e minha madrasta. Meu pai Eleno era mecânico, por sinal um ótimo mecânico. Tinha alguns problemas com bebida vivia me batendo, bebia demais e descontava sua raiva em mim e na minha madrasta a senhora Angélica, muito boa cozinheira, trabalhava em um restaurante com um grande público, já foi até artista de televisão (rs). Quando eu tinha 12 anos minha madrasta e meu pai faleceram, morreram em um acidente de ônibus. Vivi até os 20 anos na rua, comendo os restos, pedindo esmola. Até que tive a oportunidade de trabalhar de faxineira neste mesmo restaurante que minha madrasta tanto me contava. Foi lá que conheci o Isidoro, meu falecido marido. Ele era cozinheiro. Quando falo nele me dá muita saudade. Ele era lindo, simpático e muito trabalhador. Casamos com menos de três meses. Tivemos uma filha, a Clarice, hoje ela deve estar com 35 anos. Faz muito tempo que não vejo ela. Clarice foi criada com muito carinho. Nós fazia até dois turno para nunca faltar nada a ela. Eu fazia trabalhos nos dias de folga, bicos principalmente de costureira. Sempre que aparecia uma oportunidade eu nem pensava e agarra ela. Quando Clarice tinha 23 anos meu querido Isidoro teve câncer, em um estágio muito acelerado com poucos meses de vida. Isso fez com que eu e Clarice entrasse em desespero, porque ela amava demais o Isidoro e para mim ele era o alicerce da minha vida. Daí pra frente Clarice se casou e partiu para um lugar longe, algum lugar do nordeste. Eu lembro que ela me prometeu que mandaria algum dinheiro para mim sobreviver, mas eu só recebi esse dinheiro uns três o quatro meses. Não tenho o endereço dela nem o telefone. As pessosa também tentaram descobrir mas não acharam. Tive que viver na rua, de asilo em asilo, até ser achada por esse. Nesse eu estou mais tempo de todos. Eu gosto daqui. Eu converso bastante com a Carmelinha. Tirando as pessoas que trabalham aqui e algumas colegas, o resto já ta com problema de cabeça. E assim agente vai levando a vida, esperando a morte chegar.